

# INTERPRETAÇÕES SOBRE O BRASIL

**Luiz Carlos Bresser Pereira**

*In Maria Rita Loureiro, org. (1997) 50 anos de  
Ciência Econômica no Brasil. Rio de Janeiro:  
Editora Vozes, 1997: 17-69.*

**Abstract.** In the period of its industrial revolution (1930-1960) two conflicting interpretations dispute political hegemony in Brazil: the national-bourgeois interpretation and the agrarian vocation interpretation. In the military regime (1964-1985) we have, on one side the bureaucratic-authoritarian interpretation, on the other, the functional capitalist, the imperialist, and the new dependency interpretations. Since Brazil returned to democracy the competing interpretations are the neo-liberal, the social-liberal/crisis of the state, and the social-developmental interpretations.

A produção intelectual e o desenvolvimento da formação social brasileira são naturalmente dois fenômenos profundamente interligados. Os intelectuais tentam analisar (e orientar) a sociedade, interpretando-a, mas nesse processo são condicionados por essa própria realidade, que reflete o estágio de desenvolvimento do país, os interesses de classe envolvidos e a forma de inserção do país na economia capitalista internacional, e influenciados pelas ideologias e teorias econômicas vigentes no mundo desenvolvido. A proposta deste artigo é fazer uma análise centrada não no desenvolvimento da formação social brasileira, mas na evolução das interpretações fundamentais sobre essa realidade. Ao invés de examinar (a) o pacto populista e sua crise, (b) a aliança autoritária tecnoburocrático-capitalista e seu colapso que leva à transição democrática de 1984, e (c) a grande crise dos anos 80 e o novo pacto político social-liberal que tem início em 1994 com a eleição de Fernando Henrique Cardoso - os três grandes pactos políticos que marcaram o Brasil a partir de 1930 -, tentarei analisar as interpretações intelectuais ligadas a essas realidades e a suas transformações.

Estas interpretações correspondem aos pactos políticos ou às alianças de classe referidas, e, eventualmente, aos momentos de transição. Algumas interpretações

---

Este capítulo é o resultado da atualização do artigo "Seis Interpretações sobre o Brasil" (*Dados* 25(3), 1982). As seis primeiras interpretações foram mantidas sem alteração. Agradeço a Maria Rita Loureiro, Ana Maria Bianchi e Letícia Schwarz pelos comentários e sugestões.

expressam a ideologia do grupo dominante, outras da oposição. Algumas apontavam o caminho do novo, outras a resistência do velho. Cada grande fase de desenvolvimento corresponde a um pacto político e às respectivas interpretações. Segue-se uma crise, novo pacto político dominante, novas interpretações, e nova crise que dá início a um novo ciclo.

Qualquer classificação das interpretações ou teorias sobre a sociedade brasileira é naturalmente arbitrária. Reconhecendo este fato, creio entretanto ser possível tentar esta classificação na medida em que o debate intelectual no Brasil tem sido bastante rico, expressando bem as contradições existentes na sociedade brasileira. Vejo, nos últimos 60 anos, nove interpretações entrarem em conflito e se sucederem no cenário intelectual brasileiro. Inicialmente, no período de 1930-1960, quando domina o pacto populista ou nacional-desenvolvimentista, temos (1) a interpretação da vocação agrária, em conflito nos anos quarenta e cinquenta com (2) a interpretação nacional-burguesa. Esse conflito é superado por uma série de fatos históricos novos que ocorrem nos anos cinquenta, fatos que consolidam a industrialização brasileira ao mesmo tempo que levam à crise o pacto nacional-desenvolvimentista.

O resultado imediato da crise, que é econômica e política, é um vácuo político de poder, que prevalece entre 1960 e 1964, e, em seguida, a Revolução de 1964, que viabiliza o pacto autoritário tecnoburocrático-capitalista. Surgem então, de um lado (3) a interpretação autoritário-modernizante, própria do novo sistema de dominação, enquanto que os intelectuais de esquerda irão se dividir em três posições nem sempre claramente distintas: (4) a interpretação funcional capitalista ressentida, que é claramente uma interpretação transitória, (5) a interpretação da super-exploração imperialista, e (6) a interpretação da nova dependência.

A partir de meados dos anos 70 o regime militar começa a entrar em crise, iniciando-se a transição democrática. Essa crise se aprofunda nos anos 80, quando se desencadeia a Grande Crise Econômica, que refletirá a crise da dívida externa, mas terá como causa fundamental a crise do Estado. Surgem então três novas interpretações: (7) a interpretação social-desenvolvimentista, (8) a interpretação neoliberal, e (9) a interpretação social-liberal da crise do Estado, que, depois de um longo período de vácuo político, refletirá o pacto social-liberal que se instaura no país em 1994.

Burguesia mercantil, burguesia industrial, a nova classe média formada pela tecnoburocracia privada e principalmente estatal, e os trabalhadores urbanos são os atores locais das interpretações sobre o Brasil; os intelectuais, seus autores. Papel importante também nas lutas econômicas e sociais deste século foram as classes dirigentes dos demais países, embora não se deva exagerar sua influência, muito menos lhe dar caráter determinante. Como cheguei aos 20 anos na primeira metade dos anos cinquenta, participei, às vezes apaixonadamente, de todo o debate sobre essas interpretações. Por isso não pretendo a neutralidade ideológica ou a isenção emocional, embora não tenha desistido da procura da objetividade.

Neste artigo farei a análise das interpretações sobre o Brasil e não dos pactos políticos ou alianças de classe que lhes corresponderam. Por isso, os atores deste trabalho serão os intelectuais. Muitos intelectuais importantes, entretanto, deixarão de ser analisados. Este é o caso de filósofos, antropólogos, críticos literários, que embora contribuam para as interpretações, estão dedicados a análises ou mais gerais, como é o caso dos filósofos, ou mais especializadas. Os intelectuais que aparecerão mais neste trabalho são economistas, cientistas políticos e sociólogos que, de algum modo, se envolveram no debate político de forma ativa.

### **A Interpretação da Vocação Agrária**

Duas grandes interpretações antagônicas sobre a sociedade brasileira conflitam nos anos quarenta e cinquenta. De um lado temos a interpretação da vocação agrária do Brasil - hegemônica até os anos 30; de outro, a interpretação nacional-burguesa, que se tornará dominante a partir de então e até o final dos anos 50.

A interpretação da vocação agrária da sociedade brasileira corresponde à hegemonia da burguesia agrário-mercantil, tranqüila no Brasil até os anos vinte e sob contestação a partir de então. Mas, ainda nos anos quarenta e cinquenta, era a interpretação ideologicamente poderosa, apesar do fato de a burguesia agrário-mercantil não controlar mais o Estado com exclusividade desde 1930.

Para essa interpretação, o Brasil é o país essencialmente agrícola, é o país cheio de riquezas naturais e de cordialidade, mas tropical e mestiço, portanto, inferior. É o país que Oliveira Vianna (1922) vê embranquecer-se. É o país triste e melancólico em uma terra radiosa de Paulo Prado (1928). É o Brasil macunaímico de Mário de Andrade e da pré-revolução burguesa representada pela Semana de Arte Moderna. É o Brasil moderno porque cafeeiro e paulista, autoritário e corrupto, mas recuperável através de uma democracia das elites, segundo a visão da família Mesquita, no comando do jornal *O Estado de São Paulo*, e de Paulo Duarte. É o Brasil ufanista de Afonso Celso. É o Brasil maravilhoso da casa grande e da senzala, do sobrado e do mocambo de Gilberto Freire. É o país cordial de Buarque de Holanda. É o Brasil essencialmente agrícola de Murtinho e de Eugênio Gudim.<sup>1</sup>

A interpretação da vocação agrária, produto de longa dominação agrário-mercantil, cobre um amplo período de tempo e é extremamente variada, constituindo uma violência teórica querer reduzi-la a algumas características essenciais, porque existem pensadores significativos e inovadores, inclusive entre os já citados, e porque

---

<sup>1</sup> - Para a análise aprofundada do pensamento brasileiro até os anos 30 ver Dante Moreira Leite (1954).

surge então toda uma série de pioneiros de uma análise mais crítica do Brasil, a partir de Manoel Bonfim, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Barbosa Lima Sobrinho.<sup>2</sup>

De qualquer maneira, de acordo com a interpretação da vocação agrária, o Brasil não é visto como um país subdesenvolvido, mas como um país rico e cheio de futuro, com uma vocação agrícola definitiva. No plano político, o Brasil é visto como uma democracia presidencialista no estilo norte-americano, embora não passe de um regime oligárquico. No plano social, é visto como uma sociedade sem conflitos sociais e raciais embora só a repressão reduza o conflito. No plano cultural, a interpretação da vocação agrária ignora que a cultura brasileira de então, de um lado era uma mera cultura ornamental, de salão, desligada do desenvolvimento das forças produtivas; de outro, era uma cultura transplantada, sem capacidade de formulação teórica original ou crítica.<sup>3</sup>

## **A Interpretação Nacional-Burguesa**

A interpretação nacional-burguesa, que surge nos anos quarenta e alcança pleno desenvolvimento nos anos cinquenta, reflete as mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil, principalmente a partir de 1930. É a interpretação do Partido Comunista, e será principalmente a interpretação do Grupo de Itatiaia, que publica entre 1953 e 1955 a revista *Cadernos do Nosso Tempo*, e afinal se reúne no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que, depois de diversos conflitos internos, é extinto pelo regime militar. Será também, embora em menor grau, a interpretação dos economistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, da ONU).

O Grupo do ISEB tem algumas figuras exponenciais. Hélio Jaguaribe (1956, 1958, 1962) é o principal cientista político, senão o principal formulador teórico do grupo, mas Ignácio Rangel (1957a, 1957b, 1960, e 1962), economista, e Alberto Guerreiro Ramos (1954, 1958 e 1960), sociólogo, são também figuras fundamentais. São ainda personagens significativos Roland Corbisier (1958), Cândido Mendes de Almeida (1963), Álvaro Vieira Pinto (1957 e 1960) e Ewaldo Corrêa Lima (1956). Nenhum desses autores é marxista, embora as influências de Marx sejam claras, especialmente no pensamento de Ignácio Rangel, notável e criativo pensador que monta um modelo particularmente original e dialético do desenvolvimento brasileiro, a partir dos conceitos de dualidade básica, ciclos longos, recursos ociosos e inflação de custos.

---

<sup>2</sup> - Destes autores Manoel Bonfim é provavelmente o menos conhecido, mas um dos mais interessantes. Seu livro, *A América Latina* (1905) é uma análise pioneira da cultura transplantada e acrítica que dominava o Brasil. Sobre Alberto Torres ver Barbosa Lima Sobrinho (1968). Deste autor, por sua vez, dois trabalhos clássicos do período são *O Problema da Imprensa* (1926) e *A Verdade sobre a Revolução de Outubro* (1933).

<sup>3</sup> - Sobre a interpretação oligárquico-mercantil, aqui tratada muito sumariamente, ver, entre outros: Roland Corbisier (1958); Alberto Guerreiro Ramos (1954); João Cruz Costa (1956); Sérgio Miceli (1979) e Wanderley Guilherme dos Santos (1978: 15-57).

Marxista e indiretamente pertencente ao grupo é Nelson Werneck Sodré, principal intelectual do Partido Comunista Brasileiro, que publica diversos trabalhos através do ISEB (1957, 1959 e 1961). Na mesma linha, Alberto Passos Guimarães (1963 e 1964) faz a análise do caráter latifundiário e monopolista da economia brasileira. Sem nenhum traço de marxismo, mas sempre com forte componente nacionalista, temos Barbosa Lima Sobrinho (1963, 1968, 1973).

A interpretação nacional-burguesa começa por uma crítica radical da interpretação da vocação agrária. A cultura brasileira é então definida como alienada, heterônima, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental, marcada pelo complexo de inferioridade colonial. A partir dessa crítica, sem dúvida extremamente aguda, da cultura oligárquica e semicolonial que dominava o país, os novos intérpretes propõem-se buscar uma identidade cultural nacional e a formular um projeto nacional para o Brasil: um projeto de industrialização e independência política.<sup>4</sup>

Para formular esse projeto, parte-se de uma interpretação simplificada e ideologicamente comprometida, mas basicamente correta do processo histórico brasileiro até então. A sociedade é dividida em dois grandes blocos. De um lado, a oligarquia agrário-mercantil dominante, aliada ao imperialismo, opõe-se à industrialização brasileira e busca manter o *status quo* semicolonial, semifeudal e primário exportador. De outro lado, sob a liderança de Getúlio Vargas e depois de Juscelino Kubitschek, temos o grupo modernizante: a burguesia industrial nacional, as classes médias técnicas (os tecnoburocratas) e os trabalhadores urbanos, além de frações substituidoras de importação da velha oligarquia. A liderança desse grupo deveria naturalmente caber, segundo a interpretação nacional-burguesa, à burguesia industrial nascente que tem como protótipo as figuras de Roberto Simonsen e, em menor grau, de Ewaldo Lodi. É a "burguesia nacional", uma construção mental com uma certa base na realidade que, segundo a interpretação nacional-burguesa, seria nacionalista, industrializante moderna e socialmente progressista, enquanto a burguesia agrário-mercantil seria tradicional, colonial, anti-industrializante. Na verdade, entretanto, como observou agudamente Ignácio Rangel, são os representantes da oligarquia substituidora de importações, como é o caso de Getúlio Vargas, que deterão a liderança do poder político no período do pacto populista.

Ao realizarem esta análise, os formuladores da interpretação nacional-burguesa estavam, de um lado, constatando e analisando uma realidade - que depois seria chamada de pacto populista - e de outro lado estavam formulando um desejo ou sendo instrumentos de uma ideologia burguesa. A "burguesia nacional" em conflito com o imperialismo, e especialmente o caráter "feudal" da sociedade brasileira até 1930 eram duas construções ideológicas insustentáveis, às quais o Partido Comunista em especial

---

<sup>4</sup> - Sobre a busca de uma identidade nacional ver Renato Ortiz (1985).

aderiu de maneira decidida nessa época, transpondo assim para o Brasil, de forma mecânica, as etapas da história do marxismo vulgar ou estalinista.

A ideologia nacional-burguesa, entretanto, não era apenas burguesa. Era também uma primeira manifestação da ideologia modernizadora, desenvolvimentista e eficientista, da tecnoburocracia nascente no aparelho do Estado. Os intelectuais que a formulavam, aos quais deveriam ser somados homens como Rômulo Almeida, Santiago Dantas, Jesus Soares Pereira, e também Roberto Campos, eram membros da tecnoburocracia que assumira o comando do desenvolvimento no seio do Estado populista.<sup>5</sup>

É preciso, entretanto, observar que esta descrição da interpretação nacional-burguesa, aliás como a das demais interpretações, é uma generalização que ignora uma série enorme de particularidades. O ISEB, por exemplo, entra em crise e se divide em 1958, a partir da posição crítica e independente de Alberto Guerreiro Ramos (1961 e 1964), notável sociólogo que adota uma posição de esquerda não-marxista e passa a fazer a crítica do próprio ISEB (do qual, por outros motivos, também se desliga em um momento anterior, Hélio Jaguaribe quando escreve que as empresas multinacionais estavam contribuindo para a industrialização do país), então em processo de radicalização política, e do PCB. Posição até certo ponto semelhante é a de Wanderley Guilherme dos Santos (1963).

Esta interpretação, por outro lado, é contemporânea à análise de dois grandes pensadores brasileiros. São Caio Prado Júnior (1933, 1942 e 1945), que faz a interpretação definitiva do Brasil colonial e Celso Furtado (1949, 1954, 1959, 1961, 1962 e 1964), - o economista mais influente da época, que traz para o Brasil a crítica da CEPAL à teoria neoclássica sobre o desenvolvimento e, em especial, a crítica da lei das vantagens comparativas do comércio internacional, faz a análise do modelo primário-exportador e, mais genericamente, do subdesenvolvimento brasileiro, e propõe a industrialização via substituição de importações e planejamento econômico.

As análises da economia brasileira, de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado, pela sua originalidade e profundidade constituem-se em paradigmas que não podem ser reduzidos a uma interpretação genérica. A posição de Caio Prado Jr., além de isolada, é antagônica à dos seus contemporâneos, e lhe permitirá, depois de 1964, estabelecer as bases de uma nova interpretação sobre o Brasil. Já as contribuições de Celso Furtado, cujo livro *Formação Econômica do Brasil*, transformar-se-á em um marco do pensamento econômico brasileiro, e que inclusive, publicou dois trabalhos pelo ISEB (1958 e 1959), tiveram uma importância decisiva para a interpretação nacional burguesa. Merece ainda

---

<sup>5</sup> - Examinei o aspecto também tecnoburocrático do pacto populista em um trabalho anterior. Ver Luiz Carlos Bresser Pereira, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1977, pp.189-193.

ser citada como uma contribuição isolada da época o trabalho hoje clássico de Raymundo Faoro, de matriz weberiana, *Os Donos do Poder* (1957).

Da mesma forma que o grupo do ISEB, a preocupação de Celso Furtado era a de criticar as teorias desenvolvidas nos países centrais e construir uma teoria alternativa capaz de explicar a realidade brasileira ou latino-americana. Furtado e o grupo CEPAL foram mais bem-sucedidos, inclusive porque menos comprometidos ideologicamente com a burguesia. Mas não há dúvida de que o projeto de industrialização da CEPAL e o projeto de construção nacional sob a liderança da burguesia nacional e do Estado possuíam muitos pontos em comum. As idéias de planejamento e de industrialização substitutiva de importações eram centrais em ambos os grupos.

### **A Interpretação Autoritário-Modernizante**

A interpretação nacional-burguesa praticamente liquidara a interpretação agrário-mercantil, na medida em que a industrialização se torna vitoriosa e definitiva no Brasil dos anos cinqüenta. A crise política do início dos anos 60 e a conseqüente Revolução de 1964, por sua vez, encarregar-se-ão de liquidar com a interpretação nacional-burguesa. De fato, esses dois fenômenos são fatos históricos novos que condicionarão todo o pensamento político e econômico brasileiro subsequente. É claro que as quatro interpretações que vamos analisar em seguida já começavam a se definir antes de 1964, mas é um engano pensar que o debate nas ciências sociais se resolve no campo puro das idéias ou ideologias. Geralmente são os fatos históricos novos que atropelam as idéias e as reorientam, não obstante a resistência ao novo que caracteriza o pensamento de tantos cientistas sociais, inclusive daqueles que se consideram marxistas e portanto pretendem adotar o método histórico.

A liquidação da interpretação nacional-burguesa era automática, na medida em que sua proposta política principal era a aliança da burguesia com o proletariado sob a égide da tecnoburocracia estatal, contra a burguesia agrário-mercantil e o imperialismo. A Revolução de 1964 representa o rompimento definitivo dessa aliança e a unificação da burguesia industrial e mercantil sob o comando político da tecnoburocracia estatal e sob a proteção do imperialismo multinacional. Falar ainda de revolução burguesa, burguesia nacional, aliança da esquerda com a burguesia depois da violenta repressão burguesa contra a esquerda e os trabalhadores era impossível.

Surgem, todavia, novas interpretações a partir de 1964. Ao nível das classes dominantes, a interpretação autoritário-modernizante substitui-se à interpretação agrário-mercantil enquanto interpretação hegemônica. Mas distingue-se claramente dessa interpretação, na medida em que é industrializante, substituidora de importações (ou seja protecionista) e planejadora como a interpretação nacional-burguesa.

Esta nova interpretação hegemônica está baseada em duas idéias-chave - desenvolvimento econômico e segurança nacional - e em uma aliança política entre a burguesia local, agora unificada, a tecnoburocracia estatal, e as empresas multinacionais. Em última análise, o golpe inicial de 1964 foi fruto da crise do populismo que a unificação da burguesia agrário-mercantil com a industrial propiciou. Esta unificação, por sua vez, estabeleceu uma nova clivagem (mas não um novo conflito) no seio da burguesa, na medida em que o capital monopolista, tanto industrial quanto mercantil e bancário se torna hegemônico em detrimento do capital competitivo.

No momento em que a unificação da burguesia ocorre, ao mesmo tempo em que as multinacionais industriais estão entrando em massa na economia brasileira, não resta outra alternativa à tecnoburocracia estatal para que ela possa realizar o seu projeto desenvolvimentista de Brasil-potência senão aliar-se à burguesia monopolista e às multinacionais.<sup>6</sup>

Por isso a interpretação autoritário-modernizante, além de seu caráter essencialmente capitalista, na medida em que defende enfaticamente a livre empresa, é uma interpretação tecnoburocrática, que privilegia o planejamento econômico e a intervenção direta do Estado na economia não apenas como regulador mas também como produtor de bens e serviços. O projeto industrializante, antiliberal, burguês e tecnoburocrático, da interpretação nacional-burguesa reaparece na interpretação autoritário-modernizante. O que desaparece é o discurso nacionalista e principalmente o discurso popular ou populista. O discurso nacionalista desaparece porque a industrialização consolidara-se através da proteção alfandegária (Lei de Tarifas de 1958) e da aliança da burguesia local com as novas empresas multinacionais industriais. O discurso popular torna-se desnecessário, já que os trabalhadores foram excluídos do pacto social. Ao invés de aliança com os trabalhadores, fala-se agora em segurança nacional, que, no contexto de 1964, significará repressão policial contra os trabalhadores e a esquerda.

Sob um certo ângulo é possível dizer que a hegemonia ao nível das classes dominantes da interpretação autoritário-modernizante representa a vitória da Escola Superior de Guerra - na época agente ideológico principal dessa nova interpretação - sobre o ISEB, o Partido Comunista e a CEPAL, agentes básicos da interpretação nacional-burguesa.<sup>7</sup> Representa também a vitória da política externa do governo dos Estados Unidos, que, como a burguesia local, havia se sentido ameaçado pelo subversão comunista no início dos anos 60, logo após a Revolução de Cuba. Assim, através do treinamento sistemático de militares e policiais brasileiros, os Estados Unidos logram

---

<sup>6</sup> - Sobre o "pensamento tecnocrático" que caracteriza a interpretação autoritário-modernizante ver Maria de Lourdes Couvre (1983).

<sup>7</sup> - É significativo que todas essas instituições perderam significado político e ideológico a partir do momento em que deixaram de representar interpretações vivas do Brasil ou da América Latina.

impor aos militares brasileiros uma “doutrina de segurança nacional” apoiada na guerra fria e definida por um anticomunismo irracional. Esta política foi identificada por boa parte da esquerda democrática com os interesses das empresas multinacionais, que continuam a investir na industrialização do país, quando, de fato, refletia apenas o medo do comunismo, então avassalador, e levando a burguesia local e o governo americano a apoiarem o regime autoritário.

A interpretação autoritário-modernizante tem naturalmente origens anteriores a 1964. Não cabendo aqui uma análise exaustiva do problema, citaremos apenas seus dois formuladores fundamentais: o General Golbery do Couto e Silva, que já em 1952 escreve *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, onde as bases da doutrina da segurança nacional são definidas, e Roberto de Oliveira Campos, que já em 1953, na Escola Superior de Guerra buscava “a área possível de conciliação entre uma ideologia de desenvolvimento e uma ideologia de segurança”.<sup>8</sup>

Roberto Campos, que nos anos cinquenta surge como um dos mais brilhantes tecnoburocratas brasileiros, é provavelmente o principal formulador dessa nova interpretação do Brasil, especialmente sob o ponto de vista econômico. Da mesma forma que o general Golbery diagnosticava em 1958 a dependência política essencial e necessária do Brasil em relação aos Estados Unidos (1967: 223-259), concluindo por uma ideologia autoritária de segurança nacional, Roberto Campos (1963, 1968 e 1969) define a dependência econômica essencial e necessária do Brasil em relação às empresas multinacionais. Percebendo que as empresas multinacionais passavam a investir pesadamente na indústria e a comprometer-se portanto com a industrialização brasileira, ele se torna seu mais articulado defensor. Não se trata de defender a empresas multinacionais nos quadros da divisão internacional do trabalho em que ao Brasil restaria a função primário-exportadora. Esta é a visão de Eugênio Gudín, preocupado em criticar a tese de Prebisch contra a lei das vantagens comparativas do comércio internacional e as teorias da CEPAL. A esse respeito, Roberto Campos, embora discípulo de Eugênio Gudín, dele se distingue claramente.

Campos, geralmente considerado um simples economista neoclássico, distingue-se com toda a clareza dos neoclássicos na sua defesa do planejamento econômico (1963 e 1967), e da tecnocracia enquanto agente do planejamento. O planejamento é justificado em função da “debilidade da iniciativa privada”, da “faculdade telescópica” ou visão a longo prazo que o Estado possui e a burguesia não, e de capacidade de “concentração de recursos” do Estado (1967). Por outro lado, referindo-se ao período em que foi Ministro do Planejamento (1964-1966), escreve um artigo, “Em Defesa dos Tecnocratas”, através do qual com eles se identifica, afirmando: “entre o imobilismo perfeccionista e a experimentação modernizante, a atitude dos tecnocratas parece ter sido a mais produtiva” (1968: 136). Nesses termos, defendendo o planejamento e a

---

<sup>8</sup> - Ver Campos (1963a: 59), onde o texto foi republicado.

tecnoburocracia, mas ao mesmo tempo defendendo o capitalismo local e multinacional, e utilizando um instrumental monetarista para combater a inflação, Roberto Campos realiza no plano econômico a cooptação da análise neoclássica pela perspectiva tecnoburocrática do planejamento econômico. E essa será uma característica econômica essencial da interpretação autoritário-modernizante .

### **A Interpretação Funcional-Capitalista**

Enquanto a interpretação autoritário-modernizante permanece hegemônica ao nível das classes dominantes até meados dos anos setenta, do lado da esquerda surgem três interpretações alternativas: a interpretação funcional-capitalista, a interpretação da super-exploração capitalista e a interpretação da nova dependência.

A interpretação funcional-capitalista irá dominar grande parte do pensamento brasileiro de esquerda durante a segunda metade dos anos sessenta. Seu postulado básico é o de que o Brasil sempre foi um país capitalista ou então que o eventual pré-capitalismo aqui existente sempre foi funcional para a acumulação capitalista. Seu problema fundamental é o de reinterpretar a realidade brasileira a partir da crítica da interpretação nacional-burguesa. Esta fora “a grande culpada” da revolução de 1964 e da decorrente derrota das esquerdas devido à sua proposta de modernização e de aliança proletário-burguesa. Era preciso fazer o julgamento dessa interpretação, e colocar no pelourinho seus principais responsáveis: o Partido Comunista o grupo do ISEB.

Nesse sentido, para negar a validade da interpretação nacional-burguesa, era preciso negar o caráter pré-capitalista (ou mesmo capitalista mercantil) da sociedade brasileira anterior a 1930, criticar qualquer teoria dualista, afirmar a continuidade e perfeita unidade da classe dominante brasileira, negar origens étnicas sociais diferentes dos empresários industriais em relação à burguesia agrário-mercantil. Ora, ao pretender realizar essa negação radical de toda a interpretação nacional-burguesa, ao invés de limitar-se à crítica dos seus exageros ideológicos, esta interpretação assume um caráter ressentido, emocional, que é, todavia, seu grande trunfo, na medida em que aguça a capacidade crítica, e ao mesmo tempo sua grande limitação, já que se torna incapaz de compreender ou analisar corretamente os fatos novos que haviam tornado superada a interpretação nacional-burguesa.

A interpretação funcional-capitalista, que também poderia ser chamada de funcional-capitalista ressentida, na medida em que foi o produto da construção intelectual de grupos perdedores na luta política, será formulada de maneira brilhante por Caio Prado Jr. que, em 1966, publica um livro fundamental para a compreensão de todo o pensamento brasileiro imediatamente posterior: *A Revolução Brasileira*. Trata-se de uma análise apaixonada, crítica e autocrítica das relações de produção brasileiras. Uma análise equivocada porque ressentida. Mas ao mesmo tempo uma análise pioneira,

corajosa, indignada e coerente com suas análises anteriores sobre o caráter mercantil da colonização brasileira (1942 e 1945) e sobre a natureza da questão agrária (1979). É equivocada porque afirma uma continuidade capitalista mercantil para o Brasil inaceitável, porque não se interessa em distinguir com clareza a burguesia mercantil da industrial, porque afirma que a burguesia industrial teve origem na oligarquia cafeeira,<sup>9</sup> porque nega que durante um certo momento da história essas duas burguesias hajam realmente entrado em conflito. É pioneira porque já percebe o caráter industrializante do novo imperialismo, porque identifica o “capitalismo burocrático” e percebe o Estado burocrático posto a serviço da acumulação capitalista, porque denuncia a permanente exploração dos camponeses e dos trabalhadores rurais brasileiros, porque discute as relações de produção no campo e procura demonstrar que muitos daqueles que se entendem por camponeses no Brasil (os meeiros, por exemplo) são na verdade trabalhadores assalariados.

O caráter crítico em busca de culpados da contribuição de Caio Prado Jr. é por ele confirmado em um artigo em que responde às críticas de Assis Tavares, afirmando:

*A Revolução Brasileira* o que precisamente procura, certa ou erradamente (e é isto que Assis Tavares deveria indagar e não indaga), é buscar para as esquerdas uma posição 'qualitativamente diferente' que lhe abra novas perspectivas, e que se livre do oportunismo e seguidismo que vem há muito em boa parte esterilizando e inutilizando seus esforços - como entre outros aqueles que deram oportunidade ao golpe contra-revolucionário de 1º de abril. O principal responsável por aquela ineficiência das esquerdas (e é o que se afirma e se procurou sustentar em *A Revolução Brasileira*) foi uma base teórica errônea. (1967:57)

Outro trabalho básico nesta linha crítica que marcou época e influenciou decisivamente toda uma geração, é o clássico artigo de Rodolfo Stavenhagen, "Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina" (1965). As teses equivocadas são (1) dualismo, (2) desenvolvimento via difusão do industrialismo para áreas tradicionais, (3) as zonas tradicionais são um obstáculo ao capitalismo progressista, (4) a burguesia nacional tem interesse em romper o domínio da oligarquia latifundiária, (5) o desenvolvimento depende de uma classe média nacionalista e progressista, (6) a integração nacional da América Latina depende da miscigenação e (7) há uma identidade de interesses entre camponeses e operários. Em síntese, e excluídas as duas últimas

---

<sup>9</sup> - Sobre o tema realizei pesquisa de caráter histórico que demonstrou que 85% dos fundadores ou principais responsáveis pelo desenvolvimento das empresas industriais paulistas eram de origem imigrante, e que apenas 3,9% tinham origem na burguesia cafeeira. Ver Luiz Carlos Bresser Pereira, "Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas" (1964). Recentemente voltei a esse tema para dar uma explicação ideológica - a interpretação funcional capitalista - para que durante tantos anos tenha permanecido hegemônica a tese equivocada de Caio Prado Jr. sobre as origens dos empresários brasileiros: Bresser Pereira, Luiz Carlos (1993) "Empresários, suas Origens e as Interpretações do Brasil" (1994).

teses, o que Stavenhagen faz é uma crítica radical às concepções modernizantes implícitas na interpretação nacional-burguesa.

A interpretação funcional-capitalista tem uma série de outros nomes altamente significativos. Fernando Novaes (1979) faz a análise clássica do período colonial brasileiro na linha proposta inicialmente por Caio Prado Jr. Nega qualquer caráter pré-capitalista para o período colonial, que é visto exclusivamente como um episódio do processo de acumulação primitiva mercantil. João Manoel Cardoso de Mello, em *O Capitalismo Tardio*, prossegue a análise de Fernando Novaes até o presente. Sua análise histórica minimiza a importância da Revolução de 1930; afirma que "a burguesia cafeeira foi a matriz da burguesia industrial" (1975: 100); critica, da mesma forma que Robert Cajado Nicol (1974) e Warren Dean (1971), a oposição ou a contradição detectada por Furtado entre a industrialização e a expansão cafeeira. Esta é vista exclusivamente como um fenômeno positivo para a industrialização, e não como um fenômeno dialeticamente favorável e oposto a ela, como de fato foi.<sup>10</sup> O trabalho de Cardoso de Mello, entretanto, tem grande importância inclusive porque, depois da *História Econômica do Brasil* de Caio Prado Jr., é a primeira interpretação significativa da história econômica brasileira em termos marxista não ortodoxos. Propõe-se, inclusive, a oferecer uma alternativa à periodização das fases da economia brasileira adotada pela interpretação nacional-burguesa: Colonial Agrário-Mercantil até 1808; Semicolonial Agrário-Mercantil Primário-Exportadora até 1930, Industrial Substitutiva de Importações a partir de então. Em seu lugar propõe: Mercantil-Escravista Colonial até 1808; Mercantil-Escravista Nacional até 1888; Exportadora-Capitalista Retardatária a partir de então. Esta última fase, por sua vez, se divide em: nascimento e consolidação do capital industrial (1808-1933); industrialização restringida (1933-1956); e industrialização pesada (1956. . .). Vale observar, porém, que ao examinar especialmente a industrialização pesada, Cardoso Mello já está ultrapassando a análise funcional-capitalista. Por outro lado, embora preocupado em descaracterizar a importância da ruptura de 1930, não há dúvida que sua periodização reconhece a mudança fundamental do capital mercantil para o industrial. Apenas a coloca no final do século passado, ao invés de situá-lo no momento da perda do poder da oligarquia cafeeira para a aliança de classes nacional-desenvolvimentista liderada por Getúlio Vargas a partir dos anos 30.

Outra contribuição significativa é a de Boris Fausto com *A Revolução de 1930*, na qual, já nos dois primeiros parágrafos da introdução, informa que seu trabalho "procura mostrar a inconsistência de um modelo corrente" segundo o qual "na formação social do país, existiria uma contradição básica entre o setor agrário-exportador, representado pelo latifúndio semifeudal, associado ao imperialismo, e os interesses voltados para o

---

<sup>10</sup> - A solução teórica para este problema foi afinal dada por Sérgio Silva, que demonstrou a natureza contraditória, ao invés de linearmente favorável ou contrária, das relações entre o café e a industrialização. Ver Sérgio Silva (1973). Ver também a contribuição de Wilson Cano, *Raízes da Concentração Industrial no Brasil*, São Paulo, DIFEL, 1977.

mercado interno, representados pela ‘burguesia’” (1972: 2). O trabalho é uma importante contribuição para a análise da revolução de 1930, mas desde o início é marcado pelo ponto de vista interpretação funcional-capitalista, que reduz a interpretação nacional-burguesa a um modelo simplificado para em seguida negar-lhe qualquer validade. Na mesma linha um artigo pioneiro criticando especificamente a obra de um dos expoentes da interpretação nacional-burguesa, Nelson Werneck Sodré, é escrito por Paula Beiguelman, que afirma: “Não há, pois, como interpretar a agitação da década de 1920 e na revolução de 1930 em termos de um conflito entre o setor interno e o agrário, ou, na expressão do Autor (Sodré), como uma luta entre burguesia e latifúndio” (1966: 262).

Outro trabalho marcante nesta mesma linha é o de Francisco de Oliveira, “A Crítica à Razão Dualista” (1972). Trata-se principalmente de uma crítica a Celso Furtado, na medida em que ele teria adotado uma visão dualista e modernizante da economia brasileira. O caráter pré-capitalista da formação social brasileira anterior não é negado. O que se nega é qualquer contradição entre o Brasil pré-capitalista e o Brasil capitalista. Pelo contrário, a agricultura pré-capitalista assim como a marginalidade urbana seriam funcionais para a acumulação capitalista na medida em que rebaixassem o custo de reprodução da mão-de-obra. Pela riqueza de suas sugestões, entretanto, expostas sempre em termos de um marxismo efetivamente dialético e aberto, este trabalho de Francisco de Oliveira exercerá uma grande influência sobre o pensamento da esquerda no Brasil dos anos sessenta. Sua análise dos mecanismos de acumulação primitiva ainda em ação no país, sua proposta de internalização do problema do subdesenvolvimento e sua discussão sobre a “inchação” do terciário, entre outras, são contribuições estimulantes do debate e da pesquisa.

Na mesma linha temos outras contribuições de alguns pesquisadores do CEBRAP, que se torna então um centro fundamental do pensamento brasileiro, ao lado da Universidade de São Paulo.<sup>11</sup> Na verdade, dentro do CEBRAP vão conviver e muitas vezes se misturar (porque nem sempre é fácil distinguir a interpretação funcional-capitalista da interpretação da nova dependência, dado o fato de que alguns autores transitam de uma para outra), representantes das duas interpretações.

Na linha criativa aberta por Francisco de Oliveira são significativos os trabalhos de Lúcio Kowarick (1975 e 1979), responsável por uma análise brilhante das relações funcionais entre marginalidade e dependência no contexto das sociedades dependentes, de Manoel Berlinck (1975), e também a obra coletiva do CEBRAP, coordenada por

---

<sup>11</sup> - O CEBRAP - Centro Brasileiro de Análises e Pesquisas - será fundado em 1970 por um grupo de intelectuais que haviam tido seus direitos políticos cassados ou foram aposentadas da USP de maneira forçada pelo regime militar em 1969. O grupo central, por ocasião de sua fundação, é constituído por Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Cândido Prociópio, Paulo Singer, Juarez Brandão Lopes, Francisco de Oliveira e Elza Berquó. Tratava-se de um grupo intelectualmente heterogêneo, que se unia na crítica do pacto autoritário tecnoburocrático-capitalista então dominante.

Lúcio Kowarick e Vinícius Caldeira Brant, *São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza*, uma excelente análise do processo de acumulação e da pauperização da população paulista<sup>12</sup>.

Outro representante fundamental da interpretação funcional-capitalista é Luciano Martins, que sintetiza seu pensamento em *Pouvoir et Développement Economique* (1976). Em sua análise da Revolução de 1930 há a preocupação permanente de reduzir o seu significado histórico a um episódio de modernização conservadora, nos termos da conceituação de Barrington Moore (1967), através do qual novas elites substituem ou se justapõem às antigas. Luciano Martins reconhece o caráter de luta de classes da Revolução de 1930, mas o define em um sentido bem preciso como “uma luta de classes *preventiva*, desencadeada por iniciativa da classe dominante” (1976: 120). E preocupa-se em demonstrar e documentar que não havia conflito entre a oligarquia agrária e os industriais, já que em um movimento tipicamente oligárquico como foi a Revolução de 1932, “a documentação sobre a participação da Federação das Indústrias de São Paulo no conflito é abundante” (1976: 133). Estas considerações, entretanto não pretendem negar a grande contribuição de Luciano Martins, como aliás dos demais representantes da interpretação funcional-capitalista aqui citados. A análise de Luciano Martins será significativa não apenas na análise da Revolução de 1930, mas principalmente na pesquisa que realiza durante os anos setenta sobre a emergência da tecnoburocracia e dos processos decisórios dos quais ela participa ativamente para implantar a indústria pesada no Brasil (1985).

A interpretação funcional-capitalista é importante na medida em que permite às esquerdas uma análise autônoma ao invés de subordinada à burguesia (como era a interpretação nacional-burguesa) da realidade brasileira. Por outro lado, sua fundamentação marxista não estalinista lhe permite um aprofundamento crítico do debate sobre as relações entre a economia e a política e sob a forma de dominação burguesa no Brasil que antes de 56 fora realizado de um ponto de vista marxista por Caio Prado Jr. Trata-se, entretanto, de uma interpretação limitada devido ao seu caráter ressentido. Preocupada em negar de maneira radical toda a interpretação nacional-burguesa, não se dá conta que, embora essa interpretação pudesse ser acusada de graves erros, a superação de sua análise devia-se menos a esses erros e mais aos fatos históricos novos que, na segunda metade dos anos cinquenta, consolidaram a industrialização brasileira e unificaram as burguesias industrial e mercantil. Esta limitação explica aliás porque muitos

---

<sup>12</sup> - Lúcio Kowarick e Vinícius Caldeira Brant, coordenadores, *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*, São Paulo, Edições Loyola-CEBRAP, 1975. A obra foi escrita coletivamente, constando, entre seus colaboradores, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzuchelli, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Paul Singer, mas a coordenação dos trabalhos coube a Lúcio Kowarick e Vinícius Caldeira Brant, cuja marca sobre o todo afinal deve ter sido decisiva, fazendo-nos incluir esta obra na interpretação funcional-capitalista.

dos seus autores tendem a transitar para a interpretação nova dependência quando esta se torna hegemônica entre as esquerdas no Brasil nos anos setenta.<sup>13</sup>

Neste quadro Luiz Pereira surge como uma figura isolada apenas indiretamente ligada à interpretação funcional-capitalista, da qual, entretanto, é um dos pioneiros. Escrevendo em uma época de transição *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, sua contribuição nem sempre é clara, mas sem dúvida é rica de sugestões, especialmente sua reinterpretação da Revolução de 1930 e sua crítica à teoria sobre o dualismo estrutural, pois, a seu ver, o que existe no Brasil é a coexistência de capitalismo “dinamizados” e “sufocados” (1965: 87-97 e 199).

### **A Interpretação da Super-Exploração Imperialista**

A dificuldade em ver para em seguida poder interpretar os fatos novos aplica-se também à interpretação da super-exploração imperialista. Esta é também uma interpretação ressentida da derrota representada pela Revolução de 1964, mas é uma interpretação muito mais radical. Sua proposta não é apenas a de criticar a interpretação nacional-burguesa e os decorrentes desvios da esquerda, mas a de construir uma nova interpretação não apenas para o Brasil mas para a América Latina a partir do conceito leninista de imperialismo e do conceito trotskista da perda de dinamismo do capitalismo central. Da mesma forma que a interpretação nacional-burguesa, o imperialismo é o grande culpado do subdesenvolvimento. Mas diferentemente daquela interpretação, não existe divisão na burguesia interna entre uma burguesia agrário-mercantil aliada ao imperialismo e uma burguesia industrial: a burguesia está solidamente unida e subordinada ao imperialismo. E também não existe nenhuma proposta -nacionalista que sirva de amortecedor da luta de classes .

Segundo essa interpretação, o imperialismo extrai praticamente todo o excedente dos países subdesenvolvidos. Estaria aí o obstáculo fundamental a qualquer processo real de desenvolvimento. A burguesia local, por sua vez, está integralmente subordinada ao imperialismo. Como este explora os trabalhadores locais através do comércio internacional e das empresas multinacionais, não resta outra alternativa à burguesia local para poder se apropriar também ela do excedente senão super-explorá-los. E para super-explorar os trabalhadores é necessário recorrer à violência. Por isso as burguesias locais são necessariamente autoritárias senão fascistas. Em conclusão as únicas alternativas

---

<sup>13</sup> - Muitos outros trabalhos incluem-se nesta linha de interpretações. Veja-se, por exemplo, a crítica radical do ISEB realizada por Caio Navarro de Toledo, *ISEB: Fábrica de Ideologias*, São Paulo, Editora Ática, 1977; e Maria Sylvia Carvalho Franco, “O Tempo das Ilusões”, in Marilena Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco, *Ideologia e Mobilização Popular*, São Paulo, CEDEC, Paz e Terra, 1978. Por outro lado, veja-se o depoimento sobre o ISEB realizado por Hélio Jaguaribe, “Um Breve Depoimento e uma Apreciação Crítica”, *Cadernos de Opinião*, n. 14, outubro-novembro, 1979.

para os povos latino-americanos seriam o socialismo ou o fascismo. Nestes termos, o capitalismo dependente é necessariamente fascista.

Estas idéias têm sua principal inspiração nos trabalhos de André Gunder Frank que, em um artigo clássico, “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento” (1966), e em uma série de livros - a partir de *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (1969), procura demonstrar a tese radical que a América Latina sempre foi capitalista, jamais tendo apresentado características pré-capitalistas. A colonização européia teria sido puramente mercantil e portanto essencialmente capitalista. Implantando-se na América Latina um modelo capitalista exportador de produtos primários teriam sido o capitalismo e imperialismo as causas básicas do subdesenvolvimento, tanto assim que as zonas mais subdesenvolvidas do continente foram aquelas que tiveram um grande auge exportador mercantil.

Em uma linha muito semelhante, Ruy Mauro Marini desenvolve a teoria da super-exploração. É curioso que Marini reconhece que durante um certo período houve interesses comuns entre a burguesia e o proletariado, tendo isto “conduzido a vanguarda pequeno-burguesa ao reformismo e à política de colaboração de classes” (1969: 1512), mas “o pronunciamento militar de 1964 assestou um golpe mortal na corrente reformista”. A interpretação nacional-burguesa, portanto, é identificada com o reformismo, embora se admita que ela tenha tido certa validade durante algum tempo. O reformismo fracassou porque o desenvolvimento do Brasil estaria baseado essencialmente na super-exploração dos trabalhadores, definida pelo fato de que os trabalhadores recebem um salário inferior ao nível de subsistência, além de terem sua jornada de trabalho e a intensidade de seu trabalho aumentadas. Esta super-exploração seria uma tendência normal nos países capitalistas que se acentuaria nos países dependentes ou periféricos, já que estão submetidos ao imperialismo dos países capitalistas centrais, que lhes extrai parte da mais-valia através da troca desigual de mercadorias no mercado internacional. Em consequência, “as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam especialmente corrigir os desequilíbrios entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas sim tentam compensar a perda das rendas geradas no comércio internacional através da super-exploração dos trabalhadores” (1973: 37). Ora, a super-exploração implica no rompimento da troca de equivalentes. O trabalho deixa de ser pago de acordo com seu valor. Para lograr esse resultado a burguesia é obrigada a recorrer a métodos autoritários, que seriam, assim, inerentes às burguesias periféricas como a brasileira. Além disso, no caso do Brasil, a burguesia recorria ao sub-imperialismo, via exportação de seus produtos manufaturados a países ainda menos desenvolvidos, nos quadros de uma nova divisão internacional do trabalho, já que a super-exploração impedia a formação de um mercado interno.

Na mesma linha Theotônio dos Santos deixa muito claro, inclusive no título de um de seus livros, que a alternativa para o Brasil e América Latina é o socialismo ou o

fascismo (1967, 1970 e 1973). Sua análise não se limita apenas a este aspecto, e, como no caso de Ruy Mauro Marini, constitui-se em uma contribuição crítica radical ao modelo latino-americano e brasileiro, subdesenvolvido, dependente e autoritário.

No plano da dependência Theotônio dos Santos identifica três formas históricas: (1) a dependência colonial, comercial-exportadora, (2) a dependência financeiro-industrial que se consolida no final do século XIX, e (3) a dependência tecnológico-industrial do período do pós-guerra exercida através das empresas multinacionais (1970: 55). Este último tipo de dependência dá origem a um tipo de desenvolvimento “desigual e combinado”, na medida em que o subdesenvolvimento é caracterizado por desigualdades profundas, relacionadas com a super-exploração da mão-de-obra. Por outro lado, como essa super-exploração está ligada à transferência de excedentes para os países imperialistas, a desigualdade torna-se um elemento estrutural da economia mundial. Por isso o desenvolvimento latino-americano além de desigual é combinado.

Na verdade, embora Theotônio dos Santos faça, já em 1973, uma análise relativamente pioneira do fato novo representado pelos investimentos das empresas multinacionais no setor industrial a partir dos anos cinquenta, ele não consegue perceber que não é apenas a natureza da dependência que muda. O grau de exploração também muda, na medida em que as multinacionais tornam-se diretamente envolvidas no processo de industrialização. Por outro lado, na medida em que o imperialismo externo e a super-exploração interna, ambos estritamente relacionados, agudizariam a luta de classes de maneira insustentável, Theotônio dos Santos conclui de forma radical pelo caráter intrinsecamente fascista da burguesia latino-americana, e afirma:

Tudo indica que o que nos espera é um longo processo de profundos enfrentamentos políticos e militares, de radicalização social profunda que leva estas sociedades a um dilema entre governos de força que tendem a abrir caminho para o fascismo e governos revolucionários populares que tendem a abrir caminho para o socialismo. (1970: 68)

Finalmente, devemos fazer uma referência a Florestan Fernandes. É extremamente difícil classificar o notável sociólogo, verdadeiro fundador da escola moderna de sociologia de São Paulo. Seu pensamento independente e complexo impossibilita as classificações simplistas. Sua análise indignada da Revolução de 1964, que (1) frustra a revolução burguesa, (2) neutraliza os militares como fatores de equilíbrio político, e (3) mostra definitivamente que nada mais pode se esperar das classes conservadoras, nos levaria a situá-lo na interpretação funcional-capitalista (1968: 181). Sua análise da evolução social e política brasileira centrada em dois ciclos revolucionários que tem como data inicial 1808 e 1888 levariam na mesma direção (1968: 172). Por outro lado, na distinção entre uma revolução burguesa clássica, que levaria o desenvolvimento brasileiro a um padrão de capitalismo auto-suficiente e autônomo, e uma revolução burguesa dependente, por ele detectada no Brasil e que apenas marcaria a passagem do capitalismo comercial e financeiro para o industrial, Florestan Fernandes está em conflito tanto com a interpretação funcional-capitalista quanto com a interpretação da

super-exploração imperialista. Na medida em que salienta a passagem do capitalismo mercantil para o industrial (da qual a Revolução de 1930 será o marco) e mostra que afinal a burguesia brasileira não é tão coesa como se pretende, ele faz parte da interpretação nacional-burguesa, que tanto a interpretação funcional-capitalista quanto a da super-exploração capitalista tanto criticaram. Entretanto, se considerarmos sua posição radical em relação ao autoritarismo burguês, visto como intrínseco às burguesias dependentes como a brasileira, sua análise se aproxima muito da interpretação da super-exploração imperialista. Florestan Fernandes conserva uma visão histórica em que a burguesia em um determinado momento defendeu as posições democráticas ou nacionais, mas conclui pelo seu inerente autoritarismo. Em suas palavras:

De classes patrocinadoras da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo da 'democracia' e da 'civilização cristã...' No fundo, a referida reviravolta confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enriquecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária. (1974: 316)

De qualquer forma, parece-me necessário considerar Florestan Fernandes como uma figura à parte neste quadro que estamos tentando delinear das interpretações sobre o Brasil.

### **A Interpretação da Nova Dependência.**

Em contraposição à interpretação funcional-capitalista e à interpretação da super-exploração burguesa temos finalmente no campo das esquerdas a interpretação da nova dependência.<sup>14</sup> Esta interpretação, ainda que compartilhe com a interpretação funcional-capitalista e com a interpretação da super-exploração imperialista da crítica à interpretação nacional-burguesa, é muito menos radical nessa crítica. Não porque não veja erros e comprometimento ideológico nessa interpretação, mas porque distingue os erros de interpretação e o comprometimento ideológico da superação dessa interpretação pelos fatos históricos novos que acontecem durante os anos cinquenta no Brasil.

A utilização do conceito de "fato novo" é essencial para essa interpretação. No plano político, uma série de fatos novos, ocorridos principalmente durante o Governo

---

<sup>14</sup> - Para uma crítica da interpretação da super-exploração imperialista realizada por representantes da interpretação da nova dependência, ver Fernando Henrique Cardoso (1977), José Serra (1979: 3-45), José Serra e Fernando Henrique Cardoso (1979). É significativo que não há críticas à interpretação funcional-capitalista, pretendendo-se assim uma unidade de pontos de vista com a interpretação da nova dependência que de fato não existe, embora os pontos comuns e as áreas cinzentas sejam muitos.

Kubitschek consolidam a industrialização brasileira, eliminam as razões para o conflito entre a burguesia industrial e a burguesia agrário-mercantil, e reduzem a motivação da burguesia local para adotar posições nacionalistas. Por outro lado inviabilizam a aliança dos trabalhadores com a burguesia, que o pacto populista refletia e a interpretação nacional-burguesa não apenas constatava mas propunha.

Estes fatos novos, que examinei em um trabalho de 1963 (pp.20-25),<sup>15</sup> são os seguintes: (1) consolidação da indústria nacional que a partir de então não pode mais ser considerada "artificial" em um "país essencialmente agrário"; (2) decadência definitiva da agricultura exportadora de café com a queda dos preços internacionais, tomando inviável a transferência de renda do setor exportador para a indústria (estes dois fatores novos liquidam a relativa divisão no seio da burguesia brasileira); (3) entrada em massa das empresas multinacionais associadas indiretamente com a burguesia local; (4) aprovação em 1958 da Lei de Tarifas que protege definitivamente a indústria nacional da importação de similares estrangeiros (estes dois fatos novos adicionais liquidam com o "nacionalismo" da burguesia local, já que esse nacionalismo limitou-se sempre ao protecionismo e jamais se opôs à penetração das multinacionais); (5) revigoração da atividade sindical durante os anos cinquenta através da formação de diversos pactos intersetoriais de unidade sindical; e, *last but not least*, (6) a Revolução de Cuba, em 1959, que amedrontou a burguesia local (estes dois últimos fatos novos foram diretamente responsáveis pela liquidação do pacto populista e pela radicalização do início dos anos sessenta, quando a esquerda formula pela primeira vez, mas de forma imatura, um projeto político autônomo). De um modo geral, esses seis fatos novos explicam a união da burguesia industrial e agrário-mercantil, sua associação com as multinacionais e seu rompimento com os trabalhadores e a esquerda. Nestes termos, a partir desses fatos históricos, o artigo de 1963 pretendia explicar porque a interpretação nacional burguesa perdera validade, ou porque o modelo político desenvolvimentista entrara em crise, ou, em outras palavras, porque a aliança entre a burguesia industrial e os trabalhadores, sob a égide de Getúlio Vargas, e, portanto, do latifúndio substituidor de importações entrou em colapso. A decorrente radicalização da esquerda e da direita, e Revolução de 1964 serão a trágica culminação desse processo.

A contribuição fundamental à interpretação da nova dependência será realizada por Fernando Henrique Cardoso. Em 1967 circula de forma mimeografada um livro escrito em colaboração com Enzo Faletto que irá marcar todo o pensamento brasileiro e latino-americano posterior: *Dependência e Desenvolvimento da América Latina* (1970). A partir desse livro constitui-se o que seria chamada de "teoria da dependência".<sup>16</sup> É essencialmente uma superação da interpretação nacional-burguesa, e uma crítica, de um

---

<sup>15</sup> - Este tema foi por mim retomado em Bresser Pereira (1968: 112-118), onde está melhor desenvolvido.

<sup>16</sup> - Prefiro a denominação "nova dependência", porque realmente o essencial é a definição dos fatos novos que mudam o caráter da dependência.

lado, às teorias conservadoras de modernização e de etapas do desenvolvimento, e, de outro lado, à interpretação da super-exploração imperialista. A proposta mais geral da teoria da dependência consiste em demonstrar que os determinantes externos (imperialismo) da situação de dependência estão relacionados aos determinantes internos (estrutura de classes); estes são fundamentais, mas tendiam a ser minimizados na interpretação nacional-burguesa, ignorados na teoria da modernização, e superestimados na teoria da super-exploração capitalista. Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma 'variável externa', mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes. Nas palavras de Cardoso (1970: 131):

A dependência, mesmo na situação de internacionalização do mercado, na medida em que busca caracterizar as relações entre classes concretamente situadas, precisa captar o tipo de contradição que subsiste entre o modo de produção prevalecente, as classes sociais e a organização política, inclusiva a nação e o Estado Nacional.

O essencial na interpretação da nova dependência, entretanto, não está nesse conceito teórico de dependência, mas na análise da nova dependência que se configura na América Latina e particularmente no Brasil com a entrada em massa das empresas multinacionais industriais. Ao contrário da interpretação funcional-capitalista, a interpretação da nova dependência não nega toda validade à interpretação nacional-burguesa, reconhecendo que houve um pacto populista e nacionalista entre a burguesia industrial os setores urbanos populares e o latifúndio não exportador (1970: 36, 103-108, 115), ao mesmo tempo em que admite que a “industrialização, de caráter substitutivo, alcançou-se, por um lado, através da ação direta do Estado e, por outro, pelo impulso de uma 'burguesia industrial, em grande medida desvinculada do setor agro-importador” (1970: 103-104).

O importante é menos negar a interpretação anterior e mais reconhecer o fato novo fundamental - os investimentos estrangeiros realizados pelas corporações industriais multinacionais - que determina uma nova forma de dependência: desenvolvimentista (ao contrário do que imaginava a interpretação nacional-burguesa, que identificava imperialismo e as multinacionais com estagnação econômica), mas excludente e promotora do regime autoritário. A nova dependência finalmente caracteriza-se, segundo Cardoso e Faletto, nesse trabalho pioneiro, pela associação da burguesia local com as empresas multinacionais industriais e com uma tecnoburocracia estatal, civil e militar (1970: 122-125, 134-135). Fernando Henrique Cardoso volta a examinar o problema do novo tipo de imperialismo e do novo modelo de desenvolvimento associado em uma série de ensaios reunidos em livros (1972, 1975 e 1980), que aprofundam e ampliam as idéias básicas desenvolvidas inicialmente no Chile, em 1966 e 1967.

A interpretação da nova dependência merece esse nome porque recusa a visão imperialista, mas ressalta que uma nova forma de dependência se formara entre os países centrais e os países em desenvolvimento. As empresas multinacionais aliadas à burguesia local surgem, de um lado, como fatores de industrialização, de outro, como elementos que distorcem o processo de desenvolvimento ao produzirem bens de consumo de luxo que só encontrarão mercado se houver concomitantemente uma concentração de renda das classes médias para cima, e favorecem os regimes autoritários na América Latina, na medida em que os Estados Unidos, nos quadros da guerra fria, viram nos militares seus aliados mais confiáveis na luta contra o comunismo.

No plano econômico a interpretação da nova dependência dá um primeiro passo, mas incompleto, com o ensaio de Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), em que a análise do novo modelo de desenvolvimento, baseada nas empresas multinacionais e na indústria capital-intensiva e tecnologicamente sofisticada já está claramente definida. Mas Furtado ainda não vê com clareza o novo processo de expansão econômica, que ainda não começara, e fala na tendência à estagnação. Mas nesse mesmo trabalho ele já sugere que a estagnação poderia ser superada, especialmente no Brasil (e mais dificilmente na Argentina), através de um novo processo de concentração de renda. Novo passo é dado com *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), uma reformulação e ampliação de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, em que as novas bases da teoria de dependência são delineadas. Carlos Lessa escreve o estudo clássico *15 Anos de Política Econômica* (1975) em meados dos anos 60, mais ou menos na mesma época em que Maria da Conceição Tavares escreve seu trabalho fundamental sobre o modelo de substituição de importações (1972). Meu *Desenvolvimento e Crise no Brasil* é de 1968.

As primeiras tentativas de definir um novo modelo de desenvolvimento são realizadas por Antônio Barros de Castro (1969: 142-143), Maria Conceição Tavares e José Serra (1971). Por outro lado, publico, em 1970, um trabalho, “Dividir ou Multiplicar: A Distribuição da Renda e a Recuperação da Economia Brasileira”,<sup>17</sup> onde já relaciono com clareza o novo ciclo de expansão que ocorria no Brasil desde 1967 com a concentração de renda da classe média para cima. Ficava assim definida a característica fundamental do “novo modelo brasileiro de desenvolvimento” baseado na concentração de renda das camadas médias para cima as quais serviam como mercado para as indústrias dinâmicas do período, ou seja, as indústrias de bens de consumo duráveis e especialmente para a indústria automobilística.

Os dois trabalhos marcantes sobre o novo modelo brasileiro de desenvolvimento, entretanto, serão o ensaio “Além da Estagnação”, escrito por Maria Conceição Tavares e José Serra (1971) e o livro *Análise do Modelo Brasileiro* de Celso Furtado (1972). A

---

<sup>17</sup> -Republicado em Bresser Pereira, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, 3a. edição ampliada, São Paulo, Editora Brasiliense, 1972, pp.211-221.

análise parte, de um lado, da heterogeneidade tecnológica estrutural que caracterizaria a industrialização latino-americana, já sugerida para a América Latina por Aníbal Pinto desde os primeiros anos da década de sessenta (1970).<sup>18</sup> Esta heterogeneidade estrutural implica na existência de um setor moderno ou monopolista, em que se realiza a aliança do Estado, das empresas multinacionais industriais e do grande capital local, e de um setor tradicional ou competitivo, que inclui a velha indústria substitutiva de importações. A esse novo dualismo soma-se um processo de reconcentração de renda das classes médias para cima que viabiliza, em termos de mercado, a implantação das indústrias modernas, monopolistas e tecnologicamente sofisticadas. Define-se então uma nova estratégia de desenvolvimento, em que Estado, empresas multinacionais e empresas locais ocupam áreas complementares (ao invés de competitivas) no aparelho produtivo. Este tipo de crescimento, entretanto, está sujeito a crises de realização não apenas devido a problemas de desproporção, mas especialmente devido à

...necessidade de mudanças permanentes e descontínuas na forma de assiguação de recursos (geração, apropriação e utilização do excedente ; explicadas pelo caráter solidário da economia com os esquemas renovados de divisão internacional do trabalho (Tavares e Serra, 1971: 949).

Na mesma linha, Paul Singer, que examinara pioneiramente as crises de conjuntura no Brasil (1968), faz a análise do “milagre” brasileiro em 1972, e prevê de forma notável seu colapso (1973). Seus ensaios são reunidos no livro *A Crise do - “Milagre”* (1976). Francisco de Oliveira e Frederico Mazuchelli (1977), por sua vez, fazem uma contribuição para a compreensão do novo padrão de acumulação implantado no Brasil. Neste ensaio os autores põem em segundo plano o caráter funcional das formações pré-capitalistas no Brasil e preocupam-se em definir o novo padrão de acumulação que se implanta a partir dos anos cinquenta, seu êxtase e sua agonia, utilizando com inteligência o instrumental marxista. São ainda importantes para a análise do novo padrão de acumulação brasileira e do respectivo modelo político ainda que pertencendo a matrizes teóricas diversas, os trabalhos (a) no plano econômico, de Pedro Malan e John Wells (1972), Maria Conceição Tavares (1974 e 1978), Regis Bonelli e Pedro Malan (1976), Décio Saes (1976), Luciano Coutinho e Henri Philippe Reichstul (1977), Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (1977), João Manoel Cardoso de Mello (1977), Carlos A. Afonso e Herbert de Souza (1977), Eduardo Matarazzo Suplicy (1977), Ignácio Rangel (1978 e 1982), Peter Evans (1979), Carlos Lessa (1979) e Guido Mantega e Maria Moraes (1980); e (b) no plano político, Alfred Stepan (1971), Celso Lafer (1975), Simon Schwartzman (1975), Octávio Guilherme Velho (1976), Carlos Estevam Martins (1977), Gláucio Soares (1978), Sérgio Abranches (1978),

---

<sup>18</sup> - Aníbal Pinto, aliás, é reconhecido tanto por Maria da Conceição Tavares quanto por Fernando Henrique Cardoso como o primeiro formulador do novo modelo latino-americano de subdesenvolvimento industrializado, baseado na “heterogeneidade estrutural”.

Philippe Faucher (1981), Maria Hermínia Tavares de Almeida (1981) e Wanderley Guilherme dos Santos (1978).

Em meus trabalhos sobre o novo modelo de desenvolvimento, prossigo a análise iniciada no artigo de 1970 na terceira edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil*,<sup>19</sup> em artigos de 1973 e 1976, e principalmente no livro *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977a). Minha preocupação, além de formalizar o modelo e de examinar mais detidamente seus aspectos políticos, é o de aprofundar a análise do Estado e da tecnoburocracia civil e militar que o dirige com relativa autonomia em relação ao capitalismo local e às empresas multinacionais. Preocupação até um certo ponto semelhante encontra-se em Leôncio Martins Rodrigues (1973) e nos trabalhos de Edmar Bacha (1973, 1974). Este publica alguns trabalhos muito significativos sobre o novo modelo brasileiro e sobre a hierarquia gerencial como determinante dos altos salários dos tecnoburocratas e os reúne em um livro, *Os Mitos de uma Década*.

Todos esses trabalhos de análise econômica, ainda que possam apresentar divergências importantes de orientação, inscrevem-se na linha da interpretação da nova dependência na medida em que buscam compreender a realidade brasileira a partir dos fatos novos que a modificaram profundamente durante os anos cinquenta. Nesse sentido, além das contribuições já assinaladas, Celso Furtado continuará a ter um papel decisivo na análise do processo econômico em marcha no Brasil nos quadros da nova dependência através de seus livros. *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) e *O Brasil Pós-Milagre* (1981).

Voltando ao plano político e social, podemos ainda citar nos quadros gerais da interpretação da nova dependência, embora constituam na verdade abordagens paralelas ou relativamente independentes, as notáveis contribuições de Francisco Weffort (1965, 1966, 1968, 1978) e de Octávio Ianni (1968, 1975), sobre o populismo; e a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil realizada por Juarez Brandão Lopes (1967 e 1976) e Octávio Ianni (1970, 1971, 1976) sobre a formação da sociedade industrial e do capitalismo no Brasil. É significativo aliás observar que nas obras destes dois autores sobre o capitalismo no campo, ambas de 1976, a ênfase está na penetração recente (nos últimos cinquenta anos) do capitalismo no campo, constituindo-se em um desmentido indireto à interpretação funcional-capitalista, que pretendia o Brasil capitalista desde o início da colonização.

---

<sup>19</sup> - A primeira edição desse livro (1968) continha uma ruptura apenas parcial com a interpretação nacional-burguesa, sob a qual me formara intelectualmente. Esse rompimento limitava-se à análise dos fatos novos que haviam tornado superada aquela interpretação. Só a partir dos trabalhos de 1970 e 1972 é que passo definitivamente para a nova interpretação.

É importante ainda assinalar as contribuições para o estudo dos empresários brasileiros realizados por Eli Diniz e Renato Raul Boschi,<sup>20</sup> em que o problema da burguesia nacional e do seu autoritarismo são examinados. Há também uma grande bibliografia sobre a agricultura e os sindicatos e a classe operária, mas deixo de citar novas contribuições para não fugir ao objetivo da análise. Hélio Jaguaribe (1974), por sua vez, procura rever e atualizar sua posição original, mas mantém sua esperança em uma aliança política com a burguesia.

Cabe finalmente uma breve referência à obra de Darcy Ribeiro (1970, 1971, 1972, 1978). Sua macro-visão do processo civilizatório escapa ao âmbito deste artigo. Em relação ao Brasil, um dos “povos novos” que sofre um rápido e traumático processo de “atualização histórica”, observa-se em sua obra uma forte influência da interpretação nacional-burguesa. Por isso ele não pode ser classificado na interpretação funcional-capitalista ou na da super-exploração imperialista. Desta última, entretanto, ele se aproxima devido ao forte conteúdo nacionalista de sua análise. Darcy Ribeiro (1970: 308) reconhece a importância fundamental da Revolução de 1930, assinala a mudança fundamental no tipo de dependência ocorrido durante o período do Plano de Metas do Presidente Kubitschek, mas não consegue perceber que essa mudança passa a exigir uma renovação de todo o instrumental analítico, nas linhas propostas pela interpretação da nova dependência. Ao invés, insiste em ver as multinacionais como meras “bombas de sucção de divisas”. Este fato, entretanto, não tira a grande importância de sua análise, especialmente no nível macro-histórico, a qual revela uma criatividade e uma lucidez que mostram que o Brasil já possui intelectuais que pensam e escrevem não apenas sobre o Brasil e a América Latina, mas sobre o mundo em que vivemos. Este é o caso, entre outros, de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e o próprio Darcy Ribeiro.

## **A Transição Democrática**

As quatro interpretações que acabei de analisar esgotam-se no final dos anos setenta, quando duas crises de natureza muito diversa atingem a sociedade brasileira. De um lado, a partir de meados da década e particularmente do Pacote de Abril de 1977 - um ato autoritário do Presidente Geisel de fechamento temporário do Congresso Nacional que indignou as elites brasileiras - inicia-se a crise do regime militar que afinal levaria à Transição Democrática; de outro lado, três choques externos sobre a economia brasileira em 1979 anunciam a crise da dívida externa que se transformaria na Grande Crise da economia brasileira. Tanto uma crise quanto a outra ocorrerão em meio a um debate intelectual extremamente rico, que abrirão espaço, nos anos 90, para três novas interpretações conflitantes do Brasil.

---

<sup>20</sup> - Eli Diniz (1978), Eli Diniz e Renato R. Boschi (1978), Renato R. Boschi (1979).

O processo de democratização inicia-se no Brasil no final de 1974, imediatamente após a derrota do governo nas eleições de novembro, quando o “milagre econômico” de 1967-73 já se esgotara. O Governo Geisel estava começando neste ano, com a aura de representar uma alternativa “branda” aos “duros” que haviam estado no governo desde 1968. E começa com um programa de “distensão” política, que levará um grande número de analistas a interpretar a longa transição para a democracia que então começa como resultado de uma luta interna entre brandos e duros que acabará levando à vitória dos primeiros. A transição democrática seria assim, essencialmente, uma concessão dos militares, embora, naturalmente, se reconhecesse o papel da sociedade em demandá-la.

Em meados dos anos 70, a derrota do partido autoritário nas eleições ao Senado em dezembro de 1974 assinalou o início da crise da coalizão autoritária. Esta crise, entretanto, só se desencadeará a partir do Pacote de Abril de 1977.<sup>21</sup> Uma nova coalizão política - o pacto democrático populista de 1977 - começou a se formar. Esta coalizão de classe foi constituída quando a burguesia perdeu seu medo da ameaça comunista, viu que os militares não eram melhores do que os civis na condução da economia, e decidiu - embora através de um processo longo e incerto - quebrar seus vínculos com o regime militar e se aliar com a classe média democrática e os trabalhadores. Dessa forma, a transição para a democracia no Brasil não foi o resultado de um conflito interno com os militares divididos em linha-dura e linha-branda, nem um presente do regime militar gradualmente convertido para a democracia, como sugere a literatura dominante e convencional nos Estados Unidos,<sup>22</sup> mas sim a consequência da decisão da classe empresarial de romper a aliança com a burocracia militar e estabelecer uma nova aliança com os setores democráticos da sociedade civil brasileira.

Se quisermos ser precisos, o novo pacto político surgiu em abril de 1977, após o Pacote de Abril, que causou uma reação de indignação na sociedade civil.<sup>23</sup> Publico

---

<sup>21</sup> - Bolívar Lamounier (1979, 1980) privilegiou a eleição de 1974 como o *turning point* na transição, enquanto eu, embora não ignorando a importância daquela eleição, sustento que a coalizão burocrática autoritária realmente começou a se romper em 1977.

<sup>22</sup> - Ver, entre outros, Luciano Martins (1983), O'Donnell e Schmitter (1986), Selcher (1986) e Mainwaring (1992). O'Donnell e Schmitter (1986: 19), cujo trabalho foi extremamente influente, dizem que “não há transição cujo início não seja consequência - direta ou indireta - de importantes divisões dentro do próprio regime autoritário, principalmente ao longo de clivagens flutuantes entre linha-dura e linha-branda. O Brasil e Espanha são exemplos de tal causalidade direta”. Stepan (1986:19) originalmente adotou a mesma linha. Na versão inglesa de seu livro, entretanto, publicado mais tarde, totalmente revisado, como *Rethinking Military Politics* (1988), deu maior relevância à sociedade civil.

<sup>23</sup> - Em abril de 1977 o Presidente Geisel fechou o Congresso quando este não aprovou uma lei para reforma do sistema judiciário. O autoritarismo e a gratuidade desse ato provocaram uma indignação nacional que desencadeou a transição para a democracia na medida em que quebrou a aliança política entre a burguesia e a burocracia civil e militar que controlava o governo. Ver Bresser Pereira (1978).

então na *Folha de S.Paulo* uma série de artigos (entre 1976 e 1978) sobre a crise econômica, sobre a redução relativa do excedente disponível, sobre a campanha contra a estatização como o início de um processo de redefinição do modelo político, sobre a ruptura parcial mas decisiva da aliança política entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal, sobre o novo projeto político de hegemonia burguesa e sobre o novo papel das esquerdas, que são depois publicados em 1978, em *O Colapso de uma Aliança de Classes*.<sup>24</sup>

A transição democrática no Brasil foi assim o resultado de um novo pacto político, que reuniu os trabalhadores, a burguesia e grande parte da tecnoburocracia civil, particularmente os intelectuais. Chamei esta coalizão de classes formada mais ou menos em 1977 e existente até 1987, de “pacto democrático-populista de 1977”. Será essa coalizão de classes que comandará o movimento das “Diretas Já” em 1984-85, promoverá a divisão do partido autoritário, e conduzirá à eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral.

Como todos os pactos que analiso neste artigo, o pacto democrático-populista de 1977 não foi escrito. Não se tratou de um acordo formal. Poucos tinham consciência dele. Mas estava baseado não simplesmente em uma aliança política entre a burguesia industrial e os trabalhadores (isto constituiria uma reedição do pacto populista), mas na aceitação de três idéias-chave por ambas as partes: (1) democracia, que interessa a todos; (2) manutenção do capitalismo, que é fundamental para a burguesia; e (3) distribuição moderada da renda, que interessa aos trabalhadores.<sup>25</sup>

Como seria de se esperar, esta coalizão política, que assumiu o poder com o Presidente Sarney, em 1985, em seguida fracassou na retomada do processo de modernização e desenvolvimento do país. O fracasso do Plano Cruzado demonstrou que representava uma resposta insatisfatória, fora do tempo, à crise. Esse pacto havia sido bem sucedido em seu objetivo maior e específico - restabelecer a democracia no Brasil - mas fracassou em promover as reformas econômicas necessárias, estabilizar a moeda, retomar o crescimento e promover uma distribuição de renda mais igualitária. Fracassou não só porque a crise deixada pelo regime autoritário era extrema, mas também porque a coalizão política democrática era populista, apostava ainda na estratégia de substituição de importações, patrocinava gastos deficitários e um amplo sistema de subsídios estatais, e acreditava que políticas salariais ingênuas pudessem ser eficazes para promover o crescimento e a distribuição da renda.

---

<sup>24</sup>

- Este livro reuniu artigos de jornal, que, a partir de um certo momento, foram escritos com vistas ao livro. Os artigos acadêmicos que escrevi sobre o tema foram reunidos em Bresser Pereira, *Pactos Políticos* (1985)

<sup>25</sup> - Examinei esse pacto inicialmente em Bresser Pereira (1981a, 1981b, 1985). A análise à distância do pacto foi por mim realizada em Bresser Pereira (1996a).

Diante da Grande Crise dos Anos 80 e do fracasso do pacto democrático-populista de 1977 de enfrentá-la, surge o problema da reinterpretar o Brasil. Este será realizado inicialmente por economistas, que enfrentam de frente as três primeiras manifestações da Grande Crise: a dívida externa, a crise fiscal e a explosão da inflação.<sup>26</sup> Em seguida vêm concomitantemente os cientistas políticos, que estavam mais preocupados em entender a natureza da transição democrática, também se voltam para a análise da crise, que viram inicialmente como uma crise de governabilidade, mas aos poucos foram se dando conta de que se tratava de um fenômeno mais grave: de uma crise do Estado. As três interpretações que vou analisar - social-desenvolvimentista, neoliberal e social-liberal - podem ser vista segundo o critério esquerda-direita. A primeira é principalmente de esquerda, a segunda é definidamente de direita, e a terceira tem representantes de centro-esquerda e de centro-direita. Enquanto a interpretação social-desenvolvimentista prevaleceu nos anos 80, a interpretação social-liberal é claramente hegemônica nos anos 90, correspondendo ao pacto político social-liberal que logrou ocupar o centro político depois do fracasso do Plano Cruzado.

### **A Interpretação Social-Desenvolvimentista**

A partir da transição democrática que se consuma com a posse do Presidente José Sarney, em 1985, três interpretações irão aos poucos se definir e passar a disputar a hegemonia ideológica no Brasil: a interpretação social-desenvolvimentista, a interpretação neoliberal e a interpretação social-liberal da crise do Estado. A interpretação social-desenvolvimentista do Brasil é hoje adotada principalmente pelos representantes dos partidos de esquerda,<sup>27</sup> embora seja ainda forte em setores do PMDB, na medida em que é herdeira direta do pacto democrático-populista de 1977, com a qual praticamente se confunde.<sup>28</sup> Em 1985, com a democracia vitoriosa, ainda que adotando a interpretação da nova dependência, todos eram nacional-desenvolvimentistas ou nacional-populistas. Os representantes das interpretações autoritário-modernizante e da super-exploração imperialista estavam derrotados. Os primeiros, porque o regime que

---

<sup>26</sup> - Para uma análise da evolução do pensamento econômico no Brasil os trabalhos clássicos são os de Bielchovsky (19885) e Mantega (1984). Mais recentemente Maria Rita Loureiro (1997) fez sua análise sociológica, enquanto que Bidermann, Cozac e Rego (1996) entrevistaram treze economistas (Campos, Furtado, Delfim Netto, Conceição Tavares, Bresser Pereira, Simonsen, Afonso Pastore, Bacha, Belluzzo, Resende, Arida, Nogueira Batista e Giannetti da Fonseca), ao mesmo tempo que, na introdução e na conclusão do livro, apresentaram um amplo quadro do surgimento do campo científico dos economistas.

<sup>27</sup> - Refiro-me, especialmente, ao PT - Partido dos Trabalhadores -, e ao PDT - Partido Democrático Trabalhista de Brizola.

<sup>28</sup> - O PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro - foi o principal partido da oposição ao regime militar, que, em 1985, transforma-se no partido dirigente no país, em associação com o PFL - Partido da Frente Liberal, que nasce da cisão do partido autoritário, PDS - Partido Democrático-Social, sucessor da Arena (como o PMDB foi sucessor do MDB).

apoiavam desaparecia, os segundos, porque sua teoria era incompatível com o surgimento da democracia. Os representantes da interpretação funcional-capitalista haviam desaparecido há muito, na medida que a busca dos culpados pelo golpe militar de 64 já não fazia mais sentido. E os representantes da interpretação da nova dependência, vitoriosos, integravam-se no otimismo democrático e populista do momento, com ele se confundindo.

A interpretação social-desenvolvimentista é, assim, uma retomada do nacional-desenvolvimentismo, com a diferença de que, agora, com a restauração da democracia, e dada a grande denúncia realizada pelos democratas sobre a concentração de renda aprofundada no regime militar, o aspecto social passava a ser fundamental. O livro mais importante que marca o início dessa interpretação é escrito por um dos mais notáveis economistas brasileiros, Antônio Barros de Castro, que, nos anos 60, foi um introdutor da interpretação da nova dependência. Em 1985, quando vivíamos em plena crise da dívida externa, que depois se descobriria ser uma profunda crise do Estado, Castro e Pires de Souza publicam o livro *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Este livro, que causou grande impacto quando foi publicado, anunciava a retomada do desenvolvimento brasileiro com base no amplo superávit comercial que, a partir de 1983, surgira na economia brasileira, o qual, por sua vez - e isto é que é importante para esta interpretação - seria consequência dos grandes investimentos de infra-estrutura e na indústria de bens de capital que haviam sido realizados nos anos 70, nos quadros do II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento. Estes investimentos, realizados pelo Estado e por suas empresas, ou estimulados por uma decidida política industrial, haviam levado ao surgimento de um superávit comercial estrutural que financiaria o pagamento - ou refinanciamento - da dívida e a retomada do desenvolvimento. Desta forma justificavam-se, a um tempo, a estratégia de substituição de importações e a intervenção estatal, que, ao contrário de serem a causa da crise que então assolava a economia brasileira, surgiam como a origem da sua redenção.

O livro contém uma crítica aos economistas ortodoxos, que atribuíam a crise econômica e as altas taxas de inflação ao déficit público e ao excesso de intervenção do Estado na economia. Uma crítica notável, ainda que equivocada, que permitia a seus autores afirmar que “o parque industrial brasileiro é uma negação ao vivo de muitas teses, e, em particular, do receituário neoliberal” (1985: 81). Seus equívocos, que se comprovaram pela persistência da crise, derivaram de o livro ter subestimado duas variáveis importantes: de um lado, a crise fiscal, como causa fundamental da crise da dívida externa e mais amplamente da crise econômica, e, de outro, a desvalorização cambial de fevereiro de 1983, como a causa principal dos superávits comerciais que a partir de então caracterizaram a economia brasileira.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> - Castro foi no Brasil o principal economista especializado em economia industrial - um tema que foi sempre muito caro para a perspectiva nacional-desenvolvimentista. Outros autores que deram

Com o passar de tempo Castro superaria estas idéias, especialmente depois de ter enfrentado a realidade de administrar o Estado, quando ocupou a presidência do BNDES. Outros economistas, entretanto, como Maria da Conceição Tavares,<sup>30</sup> Paulo Nogueira Batista Jr. e Francisco de Oliveira, adotam a interpretação social-desenvolvimentista. Além de criticarem o governo por seu caráter conservador e subordinado aos interesses estrangeiros, concentram sua crítica à política econômica após o Plano Real na sobrevalorização da moeda.<sup>31</sup> Oliveira (1995), cujas críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso tornaram-se ácidas, em um esforço de imaginação, identifica neoliberalismo com a concepção monetarista de moeda neutra, que impediria a sua equipe econômica de emitir moeda para financiar gasto público em termos “keynesianos” e principalmente de desvalorizá-la, depois do forte processo de valorização por que passou nos primeiros meses depois do Plano Real.<sup>32</sup> Batista Jr. (1983, 1987, 1988), por sua vez, concentrou sua atenção na dívida externa, tendo sido um dos principais assessores de Dilson Funaro na decretação da moratória de fevereiro de 1987. Depois voltou-se para os problemas de estabilização e de reforma tributária, mas manteve-se sempre principalmente orientado para as relações externas do Brasil, a partir de uma perspectiva nacionalista embora moderna.<sup>33</sup>

---

contribuições importantes nessa área foram Wilson Suzigan, Luciano Coutinho, Régis Bonelli (que reuniu seus trabalhos em Bonelli, 1996), e Fábio Erber.

<sup>30</sup> - Maria da Conceição Tavares, primeiro na Unicamp, e depois na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e finalmente, a partir de 1995, como deputada federal pelo PT, com sua extraordinária capacidade analítica, será provavelmente a líder intelectual dessa interpretação entre os economistas. Seus artigos publicados na *Folha de S. Paulo* a partir de 1993 até meados de 1994 foram republicados como documento na *Revista de Economia Política*, 14(2), abril 1994. Líder do lado da direita (porque também existe uma versão conservadora do social-desenvolvimentismo) será Antônio Delfim Netto, que permanece fiel ao desenvolvimentismo modernizante que prevaleceu no regime autoritário, e que também publica seus artigos na *Folha de S. Paulo*.

<sup>31</sup> - Cabe observar, entretanto, que a crítica à política econômica do governo por manter o real sobrevalorizado não é exclusiva nem particularmente consistente com o pensamento dos economistas que estou situando na interpretação social-desenvolvimentista. Na verdade, o populismo na América Latina sempre defendeu uma taxa de câmbio valorizada, que, elevando os preços dos bens e serviços não-comercializáveis em relação aos comercializáveis, permitia a manutenção artificial dos salários reais em nível relativamente elevado.

<sup>32</sup> - Milton Friedman foi um dos fundadores do neoliberalismo e, de fato, adota a perspectiva neoclássica de uma moeda neutra, que Keynes criticou. Identificar, entretanto, keynesianismo com déficits públicos e financiamento inflacionário é uma violência contra Keynes que o populismo latino-americano praticou com insistência. Cabe observar, entretanto, que a crítica à política econômica do governo por manter o real sobrevalorizado não é exclusiva dos economistas que estou situando na interpretação social-desenvolvimentista.

<sup>33</sup> - Ver Batista Jr. (1993, 1995, 1996). No primeiro trabalho temos a análise das âncoras cambiais, no segundo, o da questão fiscal e tributária no Brasil; no terceiro Batista faz a análise crítica do Plano Real, principalmente de sua implementação com base em uma taxa de câmbio valorizada, à luz da experiência mexicana, procurando, de alguma forma, mostrar o risco de a experiência brasileira ter o mesmo destino da mexicana.

Um número considerável de cientistas sociais e um número menor de economistas, entretanto, continuaram a partilhar delas, na medida em que identificavam as idéias da esquerda com uma forte intervenção do Estado na economia e a ver como seus adversários os liberais de todos os matizes. Entre os cientistas políticos, aquele que melhor expressou essas idéias foi provavelmente José Luís Fiori. Nos anos 80, Fiori (1984) escreveu uma tese de doutoramento na qual, pioneiramente, percebeu que o problema fundamental que o país enfrentava era a crise do Estado. Não obstante, em trabalhos posteriores, particularmente em um ensaio com Maria Conceição Tavares (1993) e no livro *Em Busca do Dissenso Perdido* (1995), assumirá uma atitude crítica ao processo de ajuste estrutural e de reformas econômicas do governo, todas inquinadas de “neoliberais”, e assumirá plenamente a perspectiva social-desenvolvimentista. Em um ensaio em que descobre o “Consenso de Washington” ao participar de uma segunda reunião organizada por John Williamson sobre o assunto,<sup>34</sup> Fiori (1993: 180-181) faz uma competente crítica da visão então dominante em Washington, percebe que então já ocorria uma mudança importante nas propostas, que abandonavam a tese do Estado mínimo e passavam a pensar na reconstrução do Estado, descarta dois cenários que considera ineficazes em retomar o desenvolvimento (o autoritário e o do acordo entre as classes), e afinal opta por um terceiro cenário, em que o caráter social assume o aspecto burocrático. Esse terceiro cenário, que envolve “o fortalecimento político e democrático do Estado”, passa pela

...implementação de uma reforma administrativa... com critérios meritocráticos, flexibilidade, transparência... (pela) constituição de espaços institucionais transparentes onde as burocracias públicas possam praticar as negociações indispensáveis... (pela) proteção da autonomia decisória das burocracias estatais, estreitamente associada, em situações democráticas, com a proteção-orientação que lhes deve dar o sistema partidário, ou, mais especificamente, o partido ou coalizão partidária governante.

Durante a campanha presidencial de 1994, que elegeu Fernando Henrique Cardoso, escreve outro ensaio, em que a “globalização” se transforma no novo inimigo do Norte a ser combatido; e a “novíssima dependência” na forma em que a América Latina vem se inserindo na nova ordem econômica globalizada; e o candidato da coalizão entre os social-democratas e os liberais na encarnação dessa nova forma de subordinação aos interesses estrangeiros. Dessa forma, nacionalismo, populismo, e estatismo burocrático ressurgem no pensamento de um intelectual importante para criticar a nova coalizão política que priorizava a estabilidade econômica e o ajuste fiscal, defendia a liberalização comercial e a privatização como partes essenciais da reforma do Estado.

---

<sup>34</sup> - John Williamson organizou uma primeira conferência sobre o “consenso de Washington”, quando essa expressão foi cunhada, em 1989. Fiz pessoalmente sua crítica na aula magna do Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, em dezembro de 1990 (Luiz Carlos Bresser Pereira (1990a) "A crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?". Em 1993 Williamson organizou novo seminário, do qual Fiori participou, e que foi objeto de seu ensaio “Ajuste, Transição e Governabilidade: O Enigma Brasileiro” (1993).

Através dessas políticas, segundo Fiori (1995: 226), os Estados periféricos saem de cena:

...agora através de seu próprio haraquiri, numa espécie de última e desesperada tentativa de criar o que alguns chamaram, um dia, de burguesia nacional... perdem também capacidade de financiar políticas sociais de natureza universal, num momento em que o desenvolvimento econômico não assegura por si mesmo o pleno emprego... com relação ao plano mais diretamente político, o que já se pode perceber é que, como consequência dessa nova forma de inserção econômica, social e política da periferia latino-americana, os governos perdem capacidade ou ficam diretamente dispensados de governar suas economias.<sup>35</sup>

A globalização, nesta perspectiva, transforma-se em um inimigo fundamental. Conforme observam, por exemplo, Belluzzo e Coutinho (1995), dois economistas muito significativos que se inserem nessa interpretação:

A globalização - ao tornar mais livre o espaço da circulação da riqueza e da renda dos grupos integrados - desarticulou a velha base tributária das políticas keynesianas e vem submetendo a gestão da dívida pública ao humores freqüentemente imprevisíveis dos mercados financeiros... A ética da solidariedade foi francamente derrotada pela ética da eficiência. Por isso, os programas de redistribuição de renda, reparação de desequilíbrios regionais e assistência a grupos marginalizados tem sofrido intensa rejeição dos grupos ‘vitoriosos’ e cosmopolitas.<sup>36</sup>

O grande problema da interpretação social-desenvolvimentista é o seu caráter geralmente arcaico. É a sua incapacidade de apresentar uma proposta alternativa à proposta social-liberal que examinaremos mais adiante, na medida em que se prende a um passado superado. Nesse processo, esta interpretação caiu na armadilha de chamar de “neoliberal” tudo o que não for social-desenvolvimentista, de condenar “o desemprego em massa”, de criticar o “entreguismo” do governo ao privatizar empresas estatais, de cobrar mais gastos sociais sem definir a origem dos recursos. Com isto ampliou de forma radical o conceito de neoliberalismo, incluindo nele as reformas do Estado absolutamente necessárias, que não apenas partidos conservadores mas também partidos social-democratas estavam adotando em todo o mundo, diante da crise do Estado: ajuste fiscal, privatização, liberalização comercial, desregulação, reforma previdenciária, reforma gerencial da administração pública. Na medida, entretanto, em que a esquerda

---

<sup>35</sup> - Esta citação refere-se ao último capítulo do livro, que representa uma versão moderada do artigo publicado pelo autor, durante a campanha eleitoral, na *Folha de S. Paulo, Mais!*, 3 de julho de 1994, com o título “Os Moedeiros Falsos”.

<sup>36</sup> - Luciano Coutinho e João Alberto Ferraz, orgs. (1994) coordenaram uma pesquisa importante sobre a competitividade da indústria brasileira.

adotava essa estratégia suicida, ficava sem proposta de reforma do Estado, ficava sem uma estratégia para superar a crise.

Conforme admite Emir Sader (1995a: 37), que editou um livro sobre o neoliberalismo reunindo autores de esquerda encabeçados por Perry Anderson, “o neoliberalismo na América Latina - como na Europa - é filho da crise fiscal do Estado... sobrevive a si mesmo pela incapacidade da esquerda, até aqui, de construir formas hegemônicas alternativas para a sua superação”. Esta frase foi dita em um seminário em 1994, mas continua válida hoje (1997), na medida em que o conceito irresponsavelmente amplo de neoliberalismo adotado por aquela parte da esquerda que não foi capaz de se renovar, fixando-se, no Brasil, na interpretação social-desenvolvimentista, tornou-se necessariamente sem proposta.

Não obstante a crise da esquerda e a incapacidade de renovação de uma parte dela, que estamos identificando com o social-desenvolvimentismo, tem razão Emir Sader (1995b: 195) quando afirma que a esquerda está longe de estar morta. Existe uma utopia de esquerda, a disposição de arriscar a ordem em nome da justiça, que continua sempre viva na consciência moral da humanidade:<sup>37</sup>

Ser de esquerda no mundo de hoje significa participar da reinvenção concreta de uma nova sociedade, baseada na justiça social e na solidariedade, na realização prática dos direitos de cidadania sem qualquer tipo de exclusão. Significa lutar e concretizar um mundo de educação, de cultura, de autonomia individual e realização social. Significa realizar os sonhos desses anjos tortos que acalentam os desejos de felicidade perseguidos por homens e mulheres ao longo da história.

A interpretação social-desenvolvimentista está ligada a uma idéia de esquerda indignada com a injustiça que talvez tenha tido em Florestan Fernandes (1985, 1986), Darcy Ribeiro (1995) e Barbosa Lima Sobrinho seus principais representantes.<sup>38</sup> Três grandes intelectuais que, para permanecerem fiéis ao seu nacionalismo e ao seu inconformismo com a injustiça, não tiveram condições de atualizar suas posições, de forma a poder apresentar propostas viáveis para a crise.

Por outro lado, os temas permanentes e legítimos da esquerda, como a concentração de renda e o elitismo continuam a ser objeto da análise às vezes aguda de

---

<sup>37</sup> - Fiz a análise da crise da esquerda no Brasil em Bresser Pereira (1990b, 1996a). Para a discussão da distinção de esquerda e direita a partir dos critérios de ordem e justiça social ver Bresser Pereira (1997). Nesse trabalho aceito a tese de Bobbio (1994) de que a esquerda se caracteriza pela prioridade dada à igualdade, mas não aceito a definição da direita pela negativa (não dá prioridade à igualdade). Ao invés, proponho que a direita prioriza a ordem em relação à igualdade, enquanto a esquerda está disposta a arriscar a ordem em nome da justiça social.

<sup>38</sup> - Embora tenha publicado muitos livros, a melhor forma de conhecer o pensamento recente de Barbosa Lima Sobrinho é ler seus artigos dominicais no *Jornal do Brasil*.

autores como Marcel Bursztin (1984, 1989). O risco deste tipo de análise, entretanto, é o seu caráter repetitivo. O Brasil é um país governado por elites, cujos compromissos ou alianças são sempre excludentes. Este tema, entretanto, já está devidamente denunciado. Por outro lado, a transição para o capitalismo, que foi amplamente estudada nos anos 60, continuou a ter contribuições significativas de um sociólogo como José de Souza Martins, através dos seus estudos sobre a questão agrária e o desenvolvimento (1973, 1975, 1986, 1993). Estes autores, entretanto, cabem mal na interpretação social-desenvolvimentista, na medida em que não confundem sua crítica com uma visão velha da crise brasileira e das soluções para ela. São simplesmente importantes intelectuais de esquerda.

Também não cabe com clareza a classificação social-desenvolvimentista a Wanderley Guilherme dos Santos, na medida em que foi capaz de aliar sua formação inicial, histórica, ao estudo dos modelos de escolha racional, transformando-se em um dos mais notáveis cientistas políticos do país. Mas se não é um social-desenvolvimentista típico, definitivamente não é social-liberal. Santos (1985, 1987a, 1987b) também dedica sua atenção às novas formas de organização da sociedade civil e à trágica condição da desigualdade e da política social no país, mas a sua proposta fundamental, em *Paradoxos do Liberalismo* (1988), é a de definir e criticar o “liberalismo canônico”, que seria “compatível com o liberalismo clássico, neoclássico, keynesiano, e mesmo com o liberalismo radical ou libertário cuja figura proeminente é com certeza Hayek”. Esse liberalismo, conceituado assim de forma tão ampla, que inclui a própria social-democracia keynesiana, estaria fadado ao “declínio ou decadência”, em função, no plano político, da sua vulnerabilidade à captura e privatização das funções público-políticas, e, no campo econômico, às distorções e ineficiências e na alocação de recursos (Santos, 1988: 83-89). Descartado, assim, o liberalismo, Santos, no entanto, em *As Razões da Desordem* (1993) vai de forma contraditória explicar a crise ou a desordem brasileira em função do mau funcionamento das instituições liberais. A desordem está relacionada com as políticas populistas através das quais o Estado (através de seus três principais agentes - da burocracia, dos militares e da intelectualidade) procura intermediar o conflito entre trabalhadores e empresários capitalistas. O “populismo irresponsável”, por sua vez, seria consequência do fato de que em um país subdesenvolvido como o Brasil o processo de incorporação política e de constituição dos principais atores políticos ocorreu antes que houvesse a institucionalização da competição política liberal e da formação de um mercado capitalista como o existente nos países desenvolvidos (1993: 31-38). Dessa forma,

...enquanto em países ricos as instituições públicas são, na maioria das vezes, usadas para garantir justiça na competição política, social e econômica, para reparar atos ofensivos e para ajudar na recuperação de desastres pessoais imprevisíveis, nos países pobres, em contrapartida, as instituições públicas são fundamentalmente *um circuito alternativo às transações de mercado* para acumulação de riqueza privada” (1993: 147, grifo meu).

Encerro a análise da interpretação social-desenvolvimentista com Celso Furtado. Nosso economista maior, que foi o principal economista no Brasil da interpretação da vocação burguesa, e participou da formulação da interpretação da nova dependência, não aceitou a transição intelectual para a perspectiva social-liberal. Rejeita, naturalmente, todas as formas de populismo, reconhece a necessidade do ajuste fiscal e da reforma do Estado, mas revela sempre sua dificuldade ou seu inconformismo com a abertura comercial e com a influência crescente das empresas multinacionais. Em 1992 publica um livro cujo título é significativo: *Brasil: A Construção Interrompida*, no qual afirma (1992: 24-35):

A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente, isto é, quando ainda não se há realizado a homogeneização nos níveis de produtividade e nas técnicas produtivas que caracteriza as regiões desenvolvidas... A predominância da lógica das empresas transacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional.

A advertência é grave. O ajuste estrutural e as reformas orientadas para o mercado que se impuseram a todos os países altamente endividados e vítimas de crise fiscal implicaram invariavelmente em concentração de renda. Conforme a interpretação da nova dependência alertava, a aliança das classes dirigentes locais com as empresas multinacionais envolvia uma lógica de exclusão social que só um Estado econômica e fiscalmente forte será capaz de compensar. O argumento social-liberal é exatamente este: que para fortalecer o Estado terá que realizar as reformas, terá que reconstruir o Estado. E que estas reformas ou esta reconstrução pode ter, a curto prazo, efeitos perversos ou concentradores, mas que a médio prazo são a condição para a retomada do desenvolvimento com um mínimo de justiça social.

Celso Furtado desconfia desse compromisso, mas não vê alternativas claras. Em uma entrevista recente a *Veja* (1997), reconheceu a crise do Estado do Bem Estar, que ele salientou ter sido “o maior feito da democracia” neste século, e a crise do emprego, mas não se mostrou desesperançado em relação a uma superação positiva da crise. Mostra que os ideais socialistas ou social-democratas estão vivos, desde que não se confundam com intervenção do Estado na economia, afirmando, em uma linha que o deixa próximo da visão mais de esquerda da interpretação social-liberal da crise do Estado:

Os ideais socialistas, que são os da solidariedade social, não foram abandonados por ninguém. O que acabou foi a prática da economia da intervenção estatal, que não pode se comparar com o que aconteceu com a União Soviética, onde o fracasso foi muito maior. É preciso criar outra forma de solidariedade social, que até agora estava ligada ao cimento do emprego.

## A Grande Crise e a Interpretação Neoliberal

A interpretação social-desenvolvimentista, herdeira direta do nacional-desenvolvimentismo e da teoria da nova dependência, tornou-se superada e arcaica porque o mundo mudou, porque o Brasil mudou, e porque essa mudança, que começou nos anos 70, ocorreu através de uma Grande Crise nos anos 80. Para o Brasil e, de um modo geral, para os países latino-americanos, esta foi a maior crise de sua história como países independentes. A Grande Depressão dos anos 30 foi muito menos graves para a região. Entre 1980 e 1995 a renda por habitante permaneceu estagnada, enquanto a maioria dos países enfrentava altas taxas de inflação, que, nos casos da Bolívia, da Argentina, do Peru e, até um certo ponto do Brasil, em determinados momentos se transformaram em hiperinflação. Na verdade, essa crise atingiu praticamente todo o mundo. Foi também gravíssima nos países comunistas, e levou os países desenvolvidos a verem suas taxas de crescimento reduzidas para a metade do que foram nos 20 anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Conforme procurei demonstrar em uma série de trabalhos desde 1987, a causa fundamental da Grande Crise foi a crise do Estado.<sup>39</sup> Crise das três formas sob as quais o Estado Social-Burocrático do século XX se expressou: crise do Estado Comunista no Leste Europeu, crise do Estado do Bem-Estar nos países desenvolvidos, crise do Estado Desenvolvimentista nos países em desenvolvimento. Crise, portanto, de uma estratégia de desenvolvimento econômico e social que contava fortemente com a intervenção direta do Estado e de sua burocracia na esfera econômica, criando empresas estatais e subsidiando ou protegendo as indústrias consideradas estratégicas, e na esfera social, através do fornecimento direto pelo Estado e seus burocratas dos serviços sociais de educação, saúde e previdência.

Esta crise do Estado tem, a meu ver, um caráter histórico e essencialmente cíclico.<sup>40</sup> A coordenação de uma economia capitalista é sempre realizada pela ação conjugada do mercado e do Estado. Durante grande parte do século XIX e até 1930 a intervenção do Estado foi muito reduzida. Prevaleceu o Estado Liberal, o *laissez-faire*. A crise financeira de 1929 e a Grande Depressão anunciaram o fim do Estado Liberal, a derrota dos liberais, e a vitória dos intervencionistas, não necessariamente mas principalmente de esquerda, que fundam o Estado Social-Burocrático. Inicialmente a intervenção foi bem sucedida, já que as falhas do mercado implicavam em uma grande demanda de regulação estatal. À medida, entretanto, que o tempo passava, essa regulação aumentava, o Estado passava a ser vítima de captura por interesses privados de todos os tipos, e aos poucos tendia para a crise fiscal, para a crise do modo de intervenção no

---

<sup>39</sup> - Ver Bresser Pereira (1987, 1990, 1996a). O livro de 1996, *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*, é, a rigor, uma análise econômica e política da Grande Crise e das reformas que essa crise induziu.

<sup>40</sup> - Examinei o caráter cíclico da intervenção estatal em Bresser Pereira (1988).

econômico e no social, para a forma burocrática de administração do Estado. Quando, no início dos anos 70 essa crise se desencadeia, a esquerda e o intervencionismo entram também em crise, enquanto o liberalismo ressurge das cinzas, através do trabalho de alguns grandes intelectuais, principalmente economistas, formando-se a nível internacional um novo conservadorismo - o pensamento neoliberal - cujos princípios são simples: (a) o indivíduo é intrinsecamente egoísta de forma que a ação coletiva em grandes grupos (o Estado) é inviável; (b) o Estado deve ser mínimo, tendo como únicas funções econômicas a garantia da propriedade e dos contratos; (c) a coordenação da economia deve caber exclusivamente ao mercado porque, embora os mercados não estejam isentos de falhas, as falhas dos governos são maiores; (d) a intervenção do Estado na área social, além de permitir sua captura por interesses privados (*rent-seeking*), provoca efeitos não desejados na medida em que desestimula o trabalho árduo e estimula a preguiça.

O neoliberalismo retoma, assim, a perspectiva conservadora, que ganha força em função da crise do Estado. Sua ênfase, entretanto, é menos na conservação de valores tradicionais e de uma moral rígida, e mais na afirmação do papel soberano dos mercados - agora globalizados - na coordenação do sistema econômico. Nestes termos, é mais uma ideologia de economistas do que de filósofos políticos e sociais, embora eles também se façam representar. Nos anos 80 esta visão radical das funções do mercado e do Estado torna-se dominante nos centros de decisão política e econômica: em Washington e em Nova York. Em relação à América Latina toma a forma do consenso de Washington, que distingue-se, entretanto, do neoliberalismo puro por aceitar a intervenção do Estado na área social, principalmente na educação.

No Brasil o espaço para o neoliberalismo só é dado a partir de 1987, quando o fracasso do Plano Cruzado permite que as elites afinal comecem a se aperceber da crise do Estado e da sua gravidade. Nesse momento entra em colapso o pacto democrático-populista de 1977, e o liberalismo brasileiro, que estava adormecido desde os anos 30, retoma fôlego. O neoliberalismo, entretanto, apesar da denúncia equivocada da esquerda, permanece rigorosamente marginal no país. Se quisermos buscar seu representante intelectual, não temos outra alternativa senão recorrer a Roberto Campos. Nacional-desenvolvimentista até os anos 50, rompe com o desenvolvimentismo durante o governo Kubitschek e afinal se torna o principal porta-voz da interpretação autoritário-modernizante. Quando, entretanto, os governos militares, depois de sua saída do governo em 1968, vão assumindo um caráter crescentemente estatizante, Roberto Campos rompe intelectualmente (não politicamente) com o regime autoritário e, através de seus artigos semanais na imprensa, se transforma no principal expoente do neoliberalismo no país.

Os grandes inimigos que Campos combate continuam os mesmos: populismo, estruturalismo, protecionismo, estatismo e nacionalismo. Todos esses males atingiram o Brasil e a América Latina. Daí seu subdesenvolvimento. Deles, entretanto, teriam escapado os tigres asiáticos, que tiveram uma orientação exportadora, políticas

macroeconômicas ortodoxas, preços não distorcidos, planejamento familiar, reforma agrária e estabilidade política. Campos ignora, assim, que inicialmente o protecionismo, e sempre um alto grau de intervenção do Estado, foram essenciais para o êxito dos tigres. No Brasil estes valores e práticas e, mais amplamente, a crença no mercado, jamais prevaleceram. Por isso, quando a esquerda culpa o neoliberalismo pelos males do país, Campos responde com a mesma resposta que dava quando a ortodoxia monetarista, da qual sempre foi partidário, era criticada: “outra falência anunciada é a do neoliberalismo, coisa inexistente nestas plagas... Como chamar de ‘liberal’ um país que abunda em monopólios estatais e reservas de mercado?”<sup>41</sup>. Quando o Plano Real logrou estabilizar a inflação brasileira através de uma estratégia heterodoxa baseada na teoria da inflação inercial, Campos não teve dúvida: o êxito se devera à ortodoxia fiscal e monetária do Plano. O êxito não foi maior porque o plano não foi suficientemente ortodoxo.

Dado o radicalismo do pensamento neoliberal, Campos está certo quando afirma que no Brasil não se encontram políticas neoliberais. A não ser, naturalmente, que caíamos na armadilha de chamar tudo o que não for populista, nacionalista ou protecionista de neoliberal. Na verdade, é difícil encontrar entre os intelectuais que têm uma visão ampla do Brasil outros representantes do neoliberalismo além de Campos.<sup>42</sup> Os intelectuais brasileiros são mais pragmáticos e mais engajados no processo político do que os intelectuais dos países desenvolvidos. Por isso não há espaço para um tipo de ideologia que, pelo seu dogmatismo liberal, é inaplicável e irrealista em termos gerais, e particularmente em um país continental como o Brasil.

## **A Interpretação Social-Liberal da Crise do Estado**

As três interpretações atuais do Brasil que estou analisando foram todas reações à Grande Crise dos Anos 80: a interpretação social-desenvolvimentista, nostálgica dos anos 50, pretendeu negá-la; a interpretação neoliberal aproveitou-se da Grande Crise para comemorar a vitória do mercado e da globalização e propor dogmaticamente o Estado mínimo; a interpretação social-liberal nasce da Grande Crise, do seu diagnóstico, para propor uma alternativa pragmática em que a afirmação social-democrática dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho e a um sistema previdenciário básico garantido pelo Estado se soma a afirmação liberal na crença no mercado e na competição. No plano

---

<sup>41</sup> - Ver Campos (1994: 1258). Estou me limitando, nesta resenha sumária, ao conteúdo da parte final de sua autobiografia, *A Lanterna na Popa*.

<sup>42</sup> - Para alguém interessado em se aprofundar nessa área uma alternativa seria consultar as publicações do Instituto Liberal, instituição financiada por empresários e ligada ao grupo neoliberal original - a Sociedade de Mont Pèlerin -, que Hayek fundou em 1945 com Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman e outros. Ao contrário, entretanto, do que ocorre nos países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos, não encontramos grandes intelectuais nessa área no Brasil.

internacional ela reconhece a crescente interdependência entre os países, e se caracteriza pela afirmação do interesse nacional, a ser examinado caso a caso, em contraposição à visão internacionalista ou cosmopolita, que aceita pacificamente a liderança estrangeira, e nacionalista clássica, que parte do pressuposto de que o Brasil não tem condições de negociar com as grandes potências, devendo, portanto, tratar de proteger-se, ao invés de competir. É uma interpretação social porque afirma claramente o papel do Estado nesta área. É liberal porque privilegia a coordenação da economia pelo mercado, só admitindo a intervenção do Estado para corrigir suas falhas, jamais para substituí-lo.

O ponto de partida é o diagnóstico da crise fiscal do Estado. Um diagnóstico cujas duas primeiras contribuições significativas são as de Rogério Werneck e a minha. Werneck (1983, 1985, 1987), analisando as empresas estatais, percebe a crise. Sua tese mais geral, entretanto, é a de que “o peso do ajustamento externo recaiu basicamente sobre o setor público”, que, em consequência, se desarticula (1987: 98). Em 1987, um pouco antes de assumir o Ministério da Fazenda, amplio a análise (Bresser Pereira, 1987). O diagnóstico da crise fiscal, porém, só aparecerá de forma completa no Plano de Controle Macroeconômico (Ministério da Fazenda, 1987), que minha equipe prepara para servir de base para a negociação da dívida externa, então em moratória. Entretanto, só lograrei realizar uma análise geral da nova interpretação da crise do Estado em minha aula magna no Congresso da ANPEC em Brasília, “A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal”. Neste trabalho a interpretação social-liberal da crise do Estado, que ainda definia restritivamente como abordagem da crise fiscal, já está delineada, contraposta à interpretação neoliberal do Consenso de Washington e à social-desenvolvimentista. Afirmava então que o Consenso de Washington não podia ser aceito, embora muitas de suas recomendações relativas ao ajustamento macroeconômico, à privatização, à liberalização comercial, e, de um modo geral, à criação de condições para o bom financiamento dos mercados, deveriam ser aceitas.

A abordagem de fato alternativa é ‘a abordagem nacional-populista’, que ainda existe de forma espalhada e endêmica na América Latina, mas, como perdeu credibilidade e apoio nos últimos anos, não lhe daremos atenção aqui. A abordagem da crise fiscal do Estado aceita a necessidade da redução do tamanho do Estado, que cresceu de forma exorbitante, concorda que esse crescimento provocou distorções na media em que o Estado se tornou presa dos interesses especiais dos *rent-seekers*, mas salienta que a crise deve-se menos ao tamanho do Estado e mais ao fato de que sua forma de intervenção - a estratégia de substituição de importações - esgotou-se. Por outro lado não aceita o lema neoliberal segundo o qual, se as falhas do Estado podem ser mais graves do que as do mercado, a solução é eliminar ou reduzir ao mínimo a intervenção.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> - Bresser Pereira (1990a: 7-8). Esta aula magna já foi escrita no contexto do projeto coordenado por Adam Przeworski, que resultaria, afinal, no livro *Economic Reforms in New Democracies* (Bresser Pereira, Maravall e Przeworski, 1993). Ver também Bresser Pereira (1991, 1996a).

A interpretação social-liberal parte, portanto, da crise do Estado e do processo de globalização da economia mundial para fazer seu diagnóstico do Brasil. É social porque reafirma o papel do Estado na afirmação dos direitos sociais e, em menor grau, na promoção do desenvolvimento econômico. Mas, ao mesmo tempo, afirma o papel central do mercado na coordenação da economia. O papel do Estado nesta área é complementar. Quando o mercado não tem condições satisfatórias de alocar os recursos, promover a poupança, e distribuir a renda de forma adequada (e o mercado tem uma efetividade decrescente no exercício desses três papéis), o Estado, e, cada vez mais, as organizações públicas não-estatais, passam a assumir o papel. A interpretação social-liberal não aceita a tese neoliberal de que, embora existam falhas do mercado, as falhas do Estado são sempre maiores, não se justificando por isso a intervenção. Não aceita, também, a idéia individualista de que cada indivíduo tem plena capacidade de defender seus interesses. Isto é verdade para um número crescente de cidadãos, mas está longe de poder ser generalizada para toda a sociedade, onde o número de pessoas que precisa de ajuda para sobreviver com um mínimo de dignidade - principalmente mulheres e crianças pobres - é ainda imenso.

Para se compreender a interpretação social-liberal da crise do Estado, entretanto, é preciso examinar as suas origens. Estas se encontram, de um lado, nos economistas e cientistas sociais que, nos anos 80, fazem a sua “transição intelectual” da teoria da dependência e do nacional-desenvolvimentismo para, no campo econômico, a defesa do ajuste fiscal e das reformas orientadas para o mercado, e, no campo político, para o ideário social-democrata. Neste grupo, para citar apenas os que se envolveram intelectual e politicamente no processo de definição da nova interpretação, encontram-se, entre outros, os cientistas políticos Fernando Henrique Cardoso<sup>44</sup>, Lourdes Sola, Bolívar Lamounier, Luciano Martins, Maria Hermínia Tavares, Hélio Jaguaribe, Eli Diniz, Roberto Mangabeira Unger, e os economistas José Serra, Luiz Carlos Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano, Francisco Lopes, Antônio Barros de Castro, João Paulo dos Reis Velloso, além dos economistas que participaram diretamente do Plano Real (Pedro Malan, Edmar Bacha, André Lara Resende, Pêrsio Arida, Gustavo Franco e Gesner de Oliveira).<sup>45</sup> A estes se aliaram de várias formas aos primeiros na busca de estabilizar a economia e reformar o Estado outros economistas, muitos dos quais formados nos Estados Unidos e na Inglaterra. Entre eles temos, entre outros, Mário Henrique Simonsen, Eliana Cardoso e Albert Fishlow, Werner Baer, Fernando Holanda Barbosa,

---

<sup>44</sup> - Fernando Henrique Cardoso, que liderou intelectualmente a teoria da dependência, volta a liderar a nova interpretação social-liberal não apenas do ponto de vista intelectual, através de discursos no Senado; como Ministro da Fazenda entre 1993 e 1994; e, depois que se tornou presidente, principalmente através das conferências ou aulas magnas que pronuncia no exterior, geralmente ao receber títulos de doutor *honoris causa*, mas também do ponto de vista político, na medida em que, eleito Presidente da República em 1994, logra concretizar o pacto social-liberal que está na base da nova interpretação. Ver Cardoso (1991, 1993, 1995a, 1995b, 1995c, 1996a, 1996b).

<sup>45</sup> - Estes dois últimos escrevem livros sobre o Plano Real (Franco, 1995; Oliveira, 1996).

Dionísio Carneiro, Winston Fritsch, Marcelo Paiva Abreu, Eduardo Amadeo, José Márcio Camargo, Márcio Garcia, José Serra, Paulo Renato de Souza, Antônio Kandir, Wilson Suzigan, João Paulo Magalhães, Fernando Cardim de Carvalho, Fernando Rezende da Silva, José Tavares de Araújo, Regis Bonelli, Jorge Chami Batista, Fábio Giambiagi, Renato Baumann, Roberto Bielchowsky, Pedro Motta Veiga, Afonso Celso Pastore, Adroaldo Moura da Silva, André Franco Montoro, Roberto Macedo, Carlos Primo Braga, Álvaro Zini, Joaquim Elói da Fonseca e Eduardo Giannetti da Fonseca.<sup>46</sup>

Nesse processo de transição intelectual a Grande Crise dos Anos 80 teve um papel fundamental. Essa crise irrompe em 1979 e foi acompanhada por taxas de inflação cada vez mais altas. Os economistas da teoria da dependência, que estavam antes preocupados fundamentalmente com o desenvolvimento econômico, deviam agora transitar para a macroeconomia e tentar compreender de forma inovadora a inflação alta e crônica que se instalara no país. Desenvolve-se, então, na primeira metade dos anos 80, a teoria da inflação inercial, a partir de uma sugestão inicial de Mário Henrique Simonsen (1970) sobre a realimentação inflacionária. A nova explicação para a persistência da inflação em condições de recessão surge a partir de um grupo de economistas na PUC do Rio de Janeiro (André Lara Resende, Pérsio Arida, Edmar Bacha, Francisco Lopes, Eduardo Modiano), na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (Luiz Carlos Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano) e na USP (Adroaldo Moura da Silva).<sup>47</sup> Talvez tenha sido esta a contribuição teórica mais original significativa que os economistas brasileiros deram à teoria econômica. Esta teoria criticava não apenas a

---

<sup>46</sup> - Na impossibilidade de referir-me a todos os trabalhos dos principais economistas e cientistas políticos que fizeram a transição intelectual, cito aqui alguns deles, em adição aos que já estão analisados no corpo do texto, como integrantes da interpretação social-liberal. Franco (1995) e Oliveira (1996) participaram do Plano Real e sobre ele escreveram. Cardoso e Fishlow examinaram em conjunto a crise da dívida externa e o desenvolvimento da América Latina (1988, 1990). Eliana Cardoso escreveu um grande número de excelentes artigos acadêmicos, especialmente sobre os problemas da estabilização (1988, 1991), mas merece especial menção um trabalho didático, *A Economia Brasileira ao Alcance de Todos* (1985), que teve depois sucessivas reedições atualizadas. Nakano (1989), além dos trabalhos escritos comigo, escreve sobre os mecanismos de conflito que levaram à hiperinflação em 1989 e sobre a real natureza do processo de globalização em curso (1994). O trabalho mais abrangente de Werner Baer, um brasileiro que dedicou-se inteiramente ao Brasil, é *The Brazilian Economy*, cuja terceira edição (1989) foi publicada no Brasil. Nos anos 80 dedicou-se, como quase todos os economistas, às questões da inflação (1987). Mônica Baer (1993) faz a análise da crise fiscal e da crise da dívida externa. Álvaro Zini, que vem ativamente participando do debate brasileiro sempre com uma visão aberta e crítica, faz com Jeffrey Sachs a análise do Plano Real e dos seus riscos (Sachs e Zini, 1995).

<sup>47</sup> - A teoria da inflação inercial foi desenvolvida no Brasil principalmente por Arida e Resende (1984), Lopes (1984b), Bresser Pereira e Nakano (1983). Houve também uma interessante contribuição de Moura da Silva (1983) Para uma resenha do tema ver Lopes (1989) e Bresser Pereira (1996b). O trabalho pioneiro sobre o assunto é de Mário Henrique Simonsen (1970). O trabalho inicial mais completo sobre a inércia inflacionária, entretanto, foi de Felipe Pazos (1972). Trabalhos importantes foram também realizados por Bruno (1989), que liderou a estabilização em Israel em 1985 e, na Argentina, por Fanelli e Frenkel (1989). Na segunda metade dos anos 80 um grande número de autores internacionais adotaram a teoria.

perspectiva monetarista ortodoxa, mas também a keynesiana e a estruturalista, e oferecia uma explicação nova para a persistência das altas taxas de inflação: a indexação formal e informal da economia, que levava os agentes econômicos a necessária e defasadamente ajustarem seus preços. Em função da teoria, ficava claro que as formas tradicionais de combater a inflação, baseadas no ajuste fiscal e no controle monetário, eram ineficazes, tornando-se necessária uma estratégia de neutralização da inércia. Duas propostas foram desenvolvidas: o congelamento de preços acompanhado de tabelas de conversão dos preços para neutralizar a inércia (Bresser Pereira e Nakano, 1984a; Lopes, 1984a) ou, alternativamente, a adoção de uma nova moeda ou de um índice-moeda amarrado ao dólar para o qual fossem convertidos os antigos preços (Resende, 1984; Arida, 1983, 1984; Arida e Resende, 1984). A primeira proposta, que deu certo em Israel (1985) e no México (1987), mas fracassou na Argentina (1986) e no Brasil (1986, 1987). A segunda alternativa, seguindo uma idéia original e extraordinariamente criativa de Arida e Resende, foi afinal adotada no Plano Real (1994), e obteve êxito em neutralizar a inércia.

A transição dos economistas ocorreu em meio a essa crise. O estudo da conjuntura macroeconômica em um momento de grande crise e alta inflação e a participação no governo foram dois fatores decisivos para que muitos intelectuais fizessem sua transição da teoria da nova dependência para a interpretação social-liberal da crise do Estado.<sup>48</sup> O intercâmbio com os economistas que voltavam dos Estados Unidos, principalmente munidos de um PhD em economia, foi também muito importante. Lídia Goldenstein (1994) examinou com acuidade esse processo de crise econômica e crise intelectual em *Repensando a Dependência*.

Entre os cientistas políticos, Hélio Jaguaribe (1989), individualmente e em conjunto com Wanderley Guilherme dos Santos, Marcelo Paiva Abreu, Winston Fritsch e Fernando Bastos de Ávila (1986, 1989) diagnosticou a crise e advoga a estabilização e as reformas econômicas e sociais de forma dramática, como uma alternativa ao caos econômico e político. Lourdes Sola (1993, 1995), por sua vez, fez a análise política das políticas econômicas que tentaram enfrentar a Grande Crise, particularmente dos planos de estabilização e analisa a transição intelectual a que é obrigada a esquerda social-democrática para ter condições de controlar o processo de mudança em curso. Seu argumento principal é o de que nos países latino-americanos, onde houve uma “transição dual” (transição democrática e reformas econômicas orientadas para o mercado):

Tanto os experimentos de liberalização política, quanto os de democratização convergem no sentido de impor um desafio, que é político por excelência: a reforma e reorganização do Estado (Sola, 1995: 23).

---

<sup>48</sup> - No caso de José Serra e Lourdes Sola, eles já haviam assistido e participado do dramático colapso do regime populista de Allende, em 1973.

Na mesma direção, Brasília Salum Jr. e Eduardo Kugelmas (1993) fazem a análise da crise dos anos 80 como essencialmente uma crise do Estado.<sup>49</sup> Este também é o tema central de Mônica Baer (1993), Lídia Goldenstein (1994) Bolívar Lamounier (1989, 1991, 1992a, 1992b, 1996), em um grande número de trabalhos e pesquisas, busca compreender a democracia brasileira após a transição, o conflito entre o excesso de demandas surgidas após 1985 e a capacidade do Estado de atendê-las, as tendências da opinião pública, a natureza dos partidos e demais instituições, e as possibilidades de mudança institucional, principalmente em direção ao parlamentarismo. Em colaboração com Edmar Bacha faz em 1994 uma ampla análise das relações entre a democracia e as reformas econômicas (Lamounier e Bacha, 1994). É claramente um intelectual engajado na mudança. O mesmo ocorre, embora sob um ângulo muito diferente, com Luciano Martins (1985, 1993, 1995), que volta a estudar a burocracia pública a partir de uma perspectiva tradicional ou burocrática,<sup>50</sup> ao mesmo tempo que concentra sua atenção na crise do Estado nacional e na mudança da inserção internacional do Brasil. Sérgio Abranches (1985, 1987, 1990, 1993), por sua vez, dedica-se, por algum tempo, na análise da pobreza, mas afinal acaba também concentrando sua atenção na crise do Estado, que ele relaciona de forma admirável com as profundas transformações que ocorrem na sociedade, as quais não são acompanhadas pelo Estado. Já Fábio Wanderley Reis (1988, 1994, 1995) concentra sua atenção na crise de governabilidade ou crise de legitimidade que caracterizará o regime democrático instaurado no Brasil em 1985. Esta crise está baseada nem tanto no desequilíbrio entre as demandas sociais e a capacidade do Estado de atendê-las e mais na incapacidade das instituições políticas, particularmente os partidos, servirem como mecanismos efetivos de intermediação de interesses. Por outro lado, está claro para ele que o problema da governabilidade não é um problema técnico de se encontrar “o tamanho certo do Estado”, nem um problema administrativo de “reengenharia”. A questão é essencialmente política. Segundo Reis (1995: 41):

O desafio crucial reside na obtenção daquela forma específica de articulação do Estado com a sociedade na qual se reconheça que o problema da administração eficiente não pode ser dissociado do problema político, ou seja, do problema de garantir também a operação democrática do Estado.

Estamos, assim, diante de um problema de governabilidade e de um problema de cidadania: dois problemas fundamentais em uma democracia recente e incompleta como a brasileira. Conforme Reis e um grande número de cientistas políticos vem salientando, existe no Brasil uma cidadania incompleta que dificulta a governabilidade democrática. Em um trabalho recente chamei o problema de “a contradição da cidadania”: o Brasil

---

<sup>49</sup> - Ver também Salum Jr. (1996). Nesse trabalho Salum amplia o conceito de crise de Estado afirmando que se trata de uma crise do pacto de dominação.

<sup>50</sup> - Na mesma linha temos os trabalhos importantes de Ben Ross Schneider (1991) e Gilda Portugal Gouvêa (1994).

conta com milhões de cidadãos-eleitores, mas que, dado seu baixo nível econômico e cultural e sua baixa capacidade de organizar-se ao nível da sociedade civil, em uma sociedade radicalmente heterogênea, esse cidadão tem condições limitadas de exercer os direitos e deveres do cidadão (Bresser Pereira, 1996a: cap.11). Por outro lado, a crise de governabilidade pode ser atribuída ao excesso de demandas que surgiram com a redemocratização do país, na linha de Lamounier (1992a), ou pode ser a consequência da incapacidade das instituições de intermediar interesses (Reis), ou pode, finalmente, estar relacionada com a inexistência de um pacto político orientado para o desenvolvimento. Em sociedades desenvolvidas, razoavelmente homogêneas, o contrato social hobbesiano é basicamente suficiente para garantir legitimidade aos governos. Já em sociedades em que as diferenças de educação, renda e poder são enormes, o contrato social clássico é insuficiente, sendo necessário um pacto político e uma correspondente coalizão de classes em torno de um projeto de desenvolvimento econômico e social.<sup>51</sup>

Eli Diniz (1991, 1993) irá concentrar sua atenção, logo no início dos anos 90, na avaliação do avanço da ideologia neoliberal entre os empresários, ideologia que, como o resto da esquerda, ela, inicialmente, vê criticamente como única alternativa à perspectiva corporativista e intervencionista. É o mercado contra o Estado, o neoliberalismo confundindo-se com as reformas orientadas para o mercado. Mas logo ela percebe que o neoliberalismo dos empresários é muito relativo: que o verdadeiro debate político no Brasil não é entre estatismo e neoliberalismo; na verdade, “entre o liberalismo ortodoxo e a social-democracia oscila o debate intelectual e político no país”; e que o próprio pensamento conservador, no Brasil, não consegue oferecer uma visão integrada dos principais itens da nova agenda, não conseguindo, portanto, ser de fato neoliberal, embora obviamente seja favorável às reformas orientadas para o mercado (Diniz: 1993: 37). Na mesma direção, Diniz e Boschi (1993a, 1993b: 105), relatando uma nova pesquisa que realizaram com os empresários, tentam descobrir as características do “novo empresariado”, estudam suas novas formas de representação de interesses, e verificam que os empresários rejeitam seja “a onipresença do Estado”, seja “sua total retirada”, próprias respectivamente do nacionalismo e do liberalismo exacerbado, enquadrando-se no que chamam de “liberalismo mitigado”, no qual a responsabilidade social do Estado é reafirmada. Mais recentemente Diniz (1995, 1997) voltou-se para os problemas da governabilidade e da governança, que refletem, respectivamente, o aspecto político e o aspecto fiscal e administrativo da crise do Estado. Partindo do reconhecimento dessa crise, Diniz (1997: 197), provavelmente percebendo que a formação do pacto social-liberal liderado por Fernando Henrique Cardoso reduziu os problemas de governabilidade do país pelo menos temporariamente, critica a ênfase excessiva que tem sido dada aos problemas de governabilidade (que ela identifica com

---

<sup>51</sup> - Desenvolvi esse tema em Bresser Pereira (1996a) e principalmente em Bresser Pereira e Nakano (1997). Os trabalhos de João Paulo Reis Velloso também enfatizam a necessidade de um pacto político orientado para o desenvolvimento para garantir governabilidade.

fatores externos ao Estado, situados na sua relação com a sociedade), e afirma a importância de se reformar o Estado para lhe assegurar governança:

No que se refere à crise do Estado, em lugar de atrelar a explicação a causas externas, é preciso incorporar os fatores endógenos ligados ao funcionamento da máquina estatal e ao padrão de gestão pública predominante. Além de elevar a competência administrativa, impõe-se criar e expandir as condições de *governance* do Estado.<sup>52</sup>

Para compreender a natureza das novas relações de trabalho na nova realidade globalizada e portanto competitiva deste final de século, José Pastore (1995) salienta a tendência dos trabalhadores a concentrar suas energias dentro da empresa, para torná-las competitivas. Nessa direção, eles reduzem seu relacionamento com os sindicatos, e passam a negociar diretamente com as empresas. Por isso, observa ele, o Brasil estaria na era do pré-contrato coletivo de trabalho. Sob uma outra ótica, Leôncio Martins Rodrigues (1990, 1991), realiza pesquisas e análises críticas sobre a origem social de classe média intelectual dos dirigentes das centrais sindicais, sobre sua partidização a partir da formação da CUT em 1983, e sobre a manutenção de seu caráter corporativo que mostram o percurso que realizou em direção a uma perspectiva liberal. Em seguida dedica-se, com Adalberto Moreira Cardoso, à análise da Força Sindical, uma central sindical que surge no final dos anos 80, quando a inadequação do social-desenvolvimentismo para dar conta da Grande Crise já estava clara, com uma visão tipicamente social-liberal. Rodrigues e Cardoso (1993:19-20) assinalam este fato, afirmando:

Aceitando a economia de mercado, buscando modernizar o capitalismo e defendendo o pluralismo político, o programa da Força Sindical afasta-se consideravelmente dos de outras sindicais, do passado e do presente... No final, diante do projeto 'social-liberal' da Força Sindical, a proposta da CUT poderia ser classificada de socialista democrática.

Já a atenção de Francisco Weffort (1984, 1989, 1992) será dirigida para a democracia. A esquerda brasileira nos anos 50 e 60, e mais amplamente a interpretação nacional-burguesa ou nacional-desenvolvimentista não atribuía valor à democracia, que freqüentemente chamava de "burguesa" ou de "formal". Já nos anos 70 começa a sua autocrítica,<sup>53</sup> mas será Weffort quem melhor e mais dramaticamente nos dirá porque a

---

<sup>52</sup> - Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso e a formação de um pacto político social-liberal amplamente hegemônico, o problema da governabilidade naturalmente perde importância relativa, enquanto torna-se central o problema da governança. A reforma administrativa proposta pelo governo através do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estado* (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995) é o reconhecimento deste fato. Ver a respeito Bresser Pereira (1996c).

<sup>53</sup> - Os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso dessa época têm claramente essa orientação. Já na terceira edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (Bresser Pereira, 1972: 176-179) faço a autocrítica da esquerda, afirmando: "Os intelectuais de esquerda no Brasil, até 1964, pouco se

democracia é um valor fundamental. Antes dele Carlos Nelson Coutinho havia escrito *A Democracia como Valor Universal* (1980), que, em um plano filosófico, apontava com vigor na mesma direção. Os trabalhos de José Álvaro Moisés (1995), centrados no estudo da cultura política no Brasil, têm a mesma orientação.<sup>54</sup>

Entre os economistas, João Paulo dos Reis Velloso, que, com Roberto Cavalcanti de Albuquerque, cria o Fórum Nacional, terá um papel estratégico na definição da interpretação social-liberal. No regime autoritário ele representou, como Ministro do Planejamento, a perspectiva nacional-desenvolvimentista que promoveu o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Diante da Grande Crise dos anos 80, percebe que esta ocorre em um momento em que falta um projeto nacional que permita ao país superá-la, e convida um grande número de intelectuais orientados para políticas públicas para tentar definir coletivamente esse projeto. Como ocorreu no regime militar, combina economistas ortodoxos, como Mário Henrique Simonsen e Afonso Celso Pastore, com economistas orientados para o desenvolvimento como Antônio Barros de Castro, João Paulo Reis Velloso e José Tavares de Araújo e com macroeconomistas neo-estruturalistas como André Lara Rezende e Pêrsio Arida. Os mais importantes cientistas sociais brasileiros também participam dos fóruns anuais, e fazem o diagnóstico da crise política de governabilidade (além dos já analisados, Simon Schwartzman, Cristovam Buarque, Argelina Cheibub, Fernando Limongi e outros), da crise social (Sônia Rocha, Sônia Draibe, Sérgio Costa Ribeiro, Cláudio Salm, José Pastore, e outros) e do problema da inserção internacional do Brasil (Rubens Ricupero, Gelson Fonseca Jr., Luiz Felipe Lampreia, Rubens Barbosa, e outros). Embora outros intelectuais, representantes da interpretação social-desenvolvimentista e da interpretação liberal participem do Fórum, a visão hegemônica é claramente social-democrática ou social-liberal.<sup>55</sup>

Encerro esta resenha da interpretação social-liberal com Roberto Mangabeira Unger. Um dos mais importantes filósofos sociais da atualidade, o professor de Harvard em nenhum momento deixou de pensar o seu país. Como é o caso de todo intelectual de alto nível, é difícil classificá-lo em uma interpretação. Inicialmente pensei em colocá-lo na interpretação social-desenvolvimentista, mas seu populismo limitou-se ao apoio político que deu a Leonel Brizola. Por outro lado, nada há de mais distante do seu pensamento do que o marxismo de algibeira que geralmente caracteriza as esquerdas

---

preocuparam em formular e defender uma ideologia política liberal, em que a liberdade política fosse um valor essencial”.

<sup>54</sup> - Ver também a respeito Daniel Aarão Reis Filho et al. (1986) *As Esquerdas e a Democracia*. Este livro contém, além dos trabalhos de Coutinho, Weffort e Moisés, contribuições de Maria Victória Benevides, Regis de Andrade e Reis Filho.

<sup>55</sup> - O Fórum Nacional publicou, com base nas reuniões anuais que vêm ocorrendo desde 1988, um grande número de livros, todos organizados por João Paulo Reis Velloso, e publicados pela Editora José Olympio e pela Editora Nobel. Entre os trabalhos de Velloso ver especialmente Velloso (1990). É necessário assinalar que também participam do fórum empresários, altos burocratas e líderes sindicais.

burocráticas e nacionalistas no Brasil. Seu nacionalismo, por sua vez, já não é mais o nacionalismo “anti” dos anos 50 - o nacionalismo que partia do pressuposto que o Brasil era fraco, sem condições de negociar, devendo, portanto, limitar-se a proteger-se -, mas o nacionalismo do interesses nacional, que caracteriza a interpretação social-liberal - um nacionalismo que não tem receio em negociar com os grandes países e com eles competir. Unger não pode, entretanto, aliás como Celso Furtado, Luciano Martins, Antônio Barros de Castro e Eli Diniz, ser chamado de liberal. Fica, por isso, difícil classificá-lo. Como, entretanto, decidi limitar as interpretações a partir da Grande Crise a três, pareceu-me mais adequado situá-lo na interpretação social-liberal, já que não é um nacionalista populista e muito menos um neoliberal.

Mangabeira Unger (1990: 21-25) é um crítico do “projeto hegemônico” brasileiro, que, já em 1990, em seu livro *A Alternativa Transformadora*, ele identificava com a social-democracia brasileira e particularmente com o PSDB. Critica menos os objetivos e mais o fato de que esses objetivos, apesar de todo o realismo pretendido pelos social-democratas, são inviáveis, na medida em que “o programa hegemônico, formado sob o domínio daquele ideário (social-democrata), não imagina qualquer inovação institucional maior”. Na verdade, para ele, “o projeto político hegemônico (no Brasil) é simplesmente a contrapartida brasileira e terceiro-mundista ao ideário social-democrata...”. Contra esse programa, “articulado com variações, não só pelos partidos de esquerda e centro-esquerda, mas até, e surpreendentemente, pela maioria das forças que estariam à direita”, Unger, que mistura uma aguda análise da realidade com um forte pensamento utópico,<sup>56</sup> apresenta seu projeto transformador, que não significa simplesmente emancipar o Estado das forças clientelistas, descentralizar sua ação, etc., como pretende o projeto social-liberal, mas realizar uma profunda reforma institucional que supere os dois grandes problemas do país: o dualismo econômico - a radical desigualdade econômica e social existente - e o ciclo político - a alternância de governos conservadores e populistas. Esta proposta é realizada a partir de sua teoria social mais geral, que ele desenvolveu em diversos livros publicados no exterior, e que ele resume na introdução de seu livro em português (1990: 15-21). Essa teoria rejeita qualquer determinismo e particularmente o determinismo marxista. Em consequência, rejeita a revolução institucional, que a esquerda radical propõe, mas que é irrealista. Por outro lado, dada sua formação ideológica de esquerda, rejeita também o reformismo conservador, caracterizado pela redistribuição marginal de recursos, e propõe, alternativamente, o “reformismo revolucionário”, que seria “a forma normal de mudança”, já que as sociedades não estão condenadas a qualquer sorte de determinismo, seja de direita ou de esquerda.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> - Em 1978 ele publicou com Edmar Bacha seu projeto socialista e democrático para o Brasil: Edmar L. Bacha e Roberto Mangabeira Unger (1978) *Participação, Salário e Voto: Um Projeto de Democracia para o Brasil*.

<sup>57</sup> - Segundo Mangabeira Unger (1990: 17): “O arcabouço institucional e ideológico de uma sociedade é relativamente acidental, e, sobretudo, estranho e surpreendente... O conjunto de

Em 1996 Mangabeira Unger publica, em conjunto com Ciro Gomes, um novo livro, em que volta a fazer sua proposta para o Brasil.<sup>58</sup> Nesse livro projeto hegemônico social-democrático, a que ele se referia em 1990, é inicialmente transformado no “neoliberalismo compungido” combinado com “concessões a segmentos do grande empresariado”. Como a alternativa à aliança - na verdade social-liberal e não neoliberal - dominante no governo e na sociedade, os autores apresentam sua proposta, que, afinal, não é outra coisa senão uma das versões possíveis do ideário social-liberal: (1) privatização para pagamento da dívida externa; (2) aumento da receita pública através de reforma tributária que aumente a importância dos impostos indiretos e do imposto sobre a herança; (3) reforma da previdência nos moldes realizados por Singapura com a criação de vários fundos de investimento públicos; (4) aumento da parceria entre o Estado e os produtores privados; (5) aumento da participação dos salários na renda; etc. Como se vê, portanto, suas propostas não se distinguem particularmente das propostas social-liberais, ainda que seus autores pretendam ser seus severos críticos e Unger tenha uma clara dificuldade com o liberalismo.

## Conclusão

Estas nove interpretações sobre o Brasil não pretendem exaurir a enorme riqueza de estudos e interpretações que foram realizadas sobre o Brasil neste século que está terminando. As interpretações foram de esquerda e de direita, nacionalistas e cosmopolitas, liberais e intervencionistas. Algumas apontavam para o futuro, outras para o passado. Entre os anos 30 e os anos 50 a interpretação nacional-burguesa, de esquerda, apontava para o futuro, enquanto a interpretação da vocação agrária olhava para o passado. Nos anos 60, a interpretação funcional-capitalista olhava de forma ressentida para o passado, e a interpretação da super-exploração capitalista era irrealista e utópica. As duas eram interpretações de esquerda. A interpretação de esquerda que olhava para o futuro, reconhecendo os fatos históricos novos, era a da nova dependência. A interpretação autoritário-modernizante buscava apenas legitimar o presente. A partir da grande crise, é a interpretação social-desenvolvimentista, de esquerda, que olha para o passado - o passado dos anos 50 -, enquanto que a interpretação neoliberal olha para um passado mais longínquo - o Estado Liberal do século XIX. A interpretação que é hegemônica no presente e aponta para o Estado do século XXI é a interpretação social-liberal.

Os intelectuais que foram aqui citados, não importa qual tenha sido a interpretação a que tenha sido associado, foram aqueles que, a meu ver, mais se destacaram na análise global do Brasil. Provavelmente deixei de lado nomes importantes. Em certos casos, a

---

instituições e idéias que exerce efeito decisivo sobre o desígnio de um país não constitui um sistema indivisível, que tenha que ser perpetuado ou transformado como um todo.”

<sup>58</sup> - Ciro Gomes e Roberto Mangabeira Unger (1996). O livro originou-se do estágio que Ciro Gomes, ex-governador do Ceará pelo PSDB, e ex-Ministro da Fazenda no final do governo Itamar Franco, realiza na Harvard University durante o ano de 1995.

classificação do autor em uma interpretação representou uma forma de violência intelectual. Mas sem esse tipo de simplificação não é possível fazer caminhar o conhecimento. Muitos dos autores estiveram presentes nas interpretações dos três períodos que examinei. Este foi o caso de Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Roberto Campos, Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins, Wanderley Guilherme dos Santos e Antônio Barros de Castro.<sup>59</sup> Um dos autores, Barbosa Lima Sobrinho, com seus cem anos, participou também dos debates anteriores a 1930, Sabemos, todavia, que nada é mais difícil do que classificar os grandes intelectuais. Cometi deliberadamente este pecado neste ensaio, mas sei muito bem das suas limitações.

## Referências

- Abranches, Sérgio H. (1978) *The Divided Leviathan*. Ithaca, Cornell University, tese de doutorado não-publicada.
- (1985) *Os Despossuídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- (1987) “Política Social e Combate à Pobreza”. In Sérgio H. Abranches, Wanderley G. dos Santos e Marcos Antônio Coimbra (1987).
- (1990) “O Dilema Político-Institucional Brasileiro”. In João Paulo Reis Velloso, org. (1990).
- (1993) “Do Possível ao Desejável: Lógicas de Ação Coletiva e Modelos de Desenvolvimento”. In João Paulo Reis Velloso, org. (1993).
- Abranches, Sérgio H., Wanderley G. dos Santos e Marcos A. Coimbra (1987) *Política Social e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Afonso, Carlos A. e Souza, Herbet de (1977) *Estado e Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Almeida, Cândido Mendes (1963) *Nacionalismo e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Afro-Asiáticos.
- Almeida, Maria Hermínia Tavares de (1981) “Os Democratas no Fio da Navalha”. *Estudos CEBRAP*, vol. 1, no. 1, dezembro de 1981.
- Arida, Pêrsio (1983) “Neutralizar a Inflação, uma Idéia Promissora”. *Economia e Perspectiva* (Conselho Regional de Economia de São Paulo), julho 1983.
- Arida, Pêrsio (1984) “A ORTN Serve Apenas para Zerar a Inflação Inercial”. *Gazeta Mercantil*, outubro, 1984.

---

<sup>59</sup>

- Este também foi o meu caso. Fui formado na interpretação nacional-burguesa, e participei da formulação da interpretação da nova dependência e da interpretação social-liberal da crise do Estado.

- Arida, P. e A. L. Resende (1984) "Inertial Inflation and Monetary Reform". In J. Williamson, org. (1985) *Inflation and Indexation: Argentina, Brazil and Israel*. Washington: Institute for International Economics. Originalmente apresentado em seminário em Washington, novembro 1984. Publicado no Brasil em Pérsio Arida, org. (1986) *Inflação Zero: Brasil, Argentina, Israel*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Bacha, Edmar L. (1973) "Sobre a Dinâmica de Crescimento da Economia Industrial Subdesenvolvida". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 4, no. 4, dezembro de 1973.
- (1974) "Hierarquia e Remuneração Gerencial". *Estudos Econômicos*, vol. 4, no. 1, jan-mai 1974.
- (1976) *Os Mitos de uma Década*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Bacha, Edmar L. e Roberto Mangabeira Unger (1978) *Participação, Salário e Voto: Um Projeto de Democracia para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Baer, Mônica (1993) *O Rumo Perdido*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Baer, Werner, Isaac Kerstenetzky e Annibal Villela (1973) "As Modificações no Papel do Estado na Economia Brasileira". *Pesquisa e Planejamento*, vol. 3, no. 4, dezembro de 1973.
- Baer, Werner (1987) "A Retomada da Inflação no Brasil: 1974-1986". *Revista de Economia Política*, 7(1) janeiro 1987.
- (1989) *The Brazilian Economy*. New York: Praeger Publishers. Terceira edição.
- Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre (1926) *O Problema da Imprensa*. São Paulo: Editora Com-Arte, 1988. Primeira edição, 1926.
- (1933) *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*. Rio de Janeiro: Edições Unitas.
- (1963) *Desde Quando Somos Nacionalistas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- (1968) *Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- (1973) *Japão: O Capital se Faz em Casa*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1981) *Estudos Nacionalistas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Batista Jr., Paulo Nogueira (1983) *Mito e Realidade da Dívida Externa*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- (1987) "Formação de Capital e Transferência de Recursos ao Exterior". *Revista de Economia Política* 7(1), janeiro 1987.
- (1988) *Da Crise Internacional à Moratória Brasileira*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

- (1993) “Dolarização, Âncora Cambial e Reservas Internacionais”. *Revista de Economia Política*, 13(3), julho 1993.
- (1995) “Economia e Ideologia: Aspectos da Questão Tributária”. *Novos Estudos CEBRAP*, no.41, março 1995.
- (1996) “O Plano Real à Luz da Experiência Mexicana e Argentina”. *Estudos Avançados* 10(28), 1996.
- Beilguelman, Paula (1966) “A Propósito de uma Interpretação da História da República”. *Revista Civilização Brasileira*, no.9-10, setembro-novembro 1966.
- Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello (1977)- “A Intervenção do Estado no Período Recente”. *Ensaio de Opinião*, 2-3, 1977.
- Belluzzo, Luiz Gonzaga e Luciano Coutinho, “A Política da Globalização”. *Folha de S. Paulo*, 10 de setembro, 1995.
- Berlinck, Manoel T. (1975) *Marginalidade Social e Relações de Classe em São Paulo*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Biderman, Ciro, Luis Felipe Cozac e José Márcio Rego (1996) *Conversas com Economistas*. São Paulo: Editora 34.
- Bielchowsky, Roberto (1985) *O Pensamento Econômico Brasileiro - O Ciclo Ideológico Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988. Tese de doutorado perante a Universidade de Leicester, 1985.
- Bobbio, Norberto (1994) *Destra e Sinistra*. Roma: Donzelli Editore. Existe tradução para o português.
- Boito Jr., Armando, org. (1991) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Bonfim, Manoel (1905) *A América Latina*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1993 (primeira edição, 1905).
- Bonelli, Regis e Pedro S. Malan (1975) *Marginalidade Social e Relações de Classe em São Paulo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bonelli, Regis (1976) “Os Limites do Possível: Notas sobre o Balanço de Pagamentos nos Anos 70”. *Pesquisa e Planejamento*, vol. 6, no. 2, agosto 1976.
- (1996) *Ensaio sobre Política Econômica e Industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Senai, Departamento Nacional.
- Boschi, Renato Raul (1979) *Elites Industriais e Democracia*. Rio de Janeiro: Graal.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1963) “O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira”. *Revista de Administração de Empresas*, no. 8, julho-setembro de 1963.
- (1964) “Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas”. *Revista de Administração de Empresas*, no. 11, junho de 1964.

- (1968) *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores (1a. edição).
- (1970) "Dividir ou Multiplicar: A Distribuição de Renda e a Recuperação da Economia Brasileira, em *Revista Visão*, novembro 1970. Republicado em Bresser Pereira (1972: 211-221).
- (1972) *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense (3a. edição ampliada).
- (1973) "O novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento". *Dados*, no. 11, 1973.
- (1974) *Empresários e Administradores no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1977a) *Estados e Subdesenvolvimento Industrializado*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1977b) "A Estratégia Brasileira de Desenvolvimento entre 1967 e 1973". *Revista de Administração de Empresas*, vol. 17, no. 4, julho-agosto de 1977.
- (1978) *O Colapso de uma Aliança de Classes*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1981a) "Pacto Social Ameaçado". *Folha de S. Paulo*, 26 de março de 1981.
- (1981b) "Pacto Social e Aliança Política". *Leia Livros*, no. 36, junho-julho 1981.
- (1985) *Pactos Políticos*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1987) "Mudanças no Padrão de Financiamento do Investimento no Brasil". *Revista de Economia Política* 7(4), outubro 1987.
- (1988) "O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal". *Revista de Economia Política* 9(3), julho-setembro 1989. Uma versão mais elaborada foi publicada em inglês com o título "Economic Reforms and the Cycles of the State", *World Development* 21(8), agosto 1993. Trabalho apresentado ao simpósio "Democratizing Economics", USP e Wilson Center, São Paulo, julho 1988.
- (1990a) "A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?". *Pesquisa e Planejamento Econômico* 21(1), abril 1991. "Aula Magna" no XVII Congresso da ANPEC (Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia), dezembro 1990.
- (1990b) "Crise e Renovação da Esquerda na América Latina". *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n.21, outubro de 1990.
- (1991) *A Crise do Estado*. São Paulo: Editora Nobel.
- (1994) "Empresários, suas Origens e as Interpretações do Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* no.25, junho 1994.
- (1996a) *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

- (1996b) "A Inflação Decifrada", *Revista de Economia Política*, 16(4) outubro 1996.
- (1996c) "Da Administração Pública Burocrática à Gerencial". *Revista do Serviço Público*, 47(1) janeiro 1996.
- (1997) "Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo", *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, no. 39, 1997
- Bresser Pereira, Luiz Carlos, José Maria Maravall e Adam Przeworski (1993) *Reformas Econômicas em Novas Democracias*. São Paulo: Editora Nobel, 1996. Publicado originalmente em inglês, 1993.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (1983) "Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação". *Anais do X Encontro Nacional de Economia*, Belém: ANPEC, dezembro 1983. Reproduzido em *Inflação e Recessão* (1984).
- (1984a) "Política Administrativa de Controle da Inflação". *Revista de Economia Política* 4(3), julho 1984. Reproduzido em *Inflação e Recessão* (1984).
- (1984b) *Inflação e Recessão*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1997) "The Missing Social Contract", com Yoshiaki Nakano. In Graciela Ducatenzeiler e Philip Oxhorn, orgs. (1997) *What Kind of Democracy? What Kind of Market? Latin America in the Age of Neoliberalism*. A ser publicado por Penn State University Press, 1997.
- Bruno, Michael (1989) "Econometrics and Design of Economic Reform". *Econometría* 57(2), março 1989.
- Bursztyin, Marcel (1984) *O Poder dos Donos*. Petrópolis: Editora Vozes.
- (1990) *O País das Alianças*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Campos, Roberto de Oliveira (1963a) *Ensaio de História Econômica e Sociológica*. Rio de Janeiro: APEC Editora.
- (1963b) *Economia, Planejamento e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC Editora.
- (1967) *A Técnica e o Riso*. Rio de Janeiro: APEC Editora.
- (1968) *Do Outro Lado da Cerca*. Rio de Janeiro: APEC Editora.
- (1969) *Ensaio Contra a Maré*. Rio de Janeiro: APEC Editora.
- (1994) *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora.
- Cano, Wilson (1977) *Raízes da Concentração Industrial no Brasil*. São Paulo: DIFEL.
- Cardoso, Eliana (1985) *Economia Brasileira ao Alcance de Todos*. São Paulo: Editora Brasiliense.

- (1988) “O Processo Inflacionário no Brasil e suas Relações com o Déficit e a Dívida do Setor Público”. *Revista de Economia Política*, 8(2) abril 1988.
- (1991) “From Inertia to Megainflation: Brazil’s Macroeconomic Policies in the 1980s”. In Bruno, Fischer, Helpman and Liviatan, orgs. (1991) *Lessons of Economic Stabilizations and Its Aftermath*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Cardoso, Eliana e Albert Fishlow (1988) *Macroeconomia da Dívida Externa*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1990) “Desenvolvimento Econômico na América Latina: 1950-1988”. *Revista de Economia Brasileira*, 44(3), julho 1990.
- Cardoso, Fernando Henrique (1964) *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- (1970) “‘Teoria da Dependência’ ou Análises Concretas de Situações de Dependência?”. In Fernando Henrique Cardoso (1972). Texto apresentado originalmente em Santiago do Chile, 1970.
- (1972) *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*s. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- (1975) *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1977) “O Consumo da Teoria da Dependência nos Estados Unidos”. *Ensaio de Opinião*, no.4, 1977 (republicado em Cardoso, 1980).
- (1980) *As Idéias e Seu Lugar*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1991) “A Crise Brasileira”. Discurso no Senado, 5 de setembro de 1991.
- (1993) “Exposição de Motivos no.395 sobre o Plano Real”. *Revista de Economia Política*, 14(2) abril de 1994 (documento). Exposição do Ministro da Fazenda ao Presidente da República, em 7 de dezembro de 1993, apresentando o Plano Real.
- (1995a) “Desenvolvimento: O Mais Político dos Temas Econômicos”. *Revista de Economia Política*, 15(4), outubro 1995. Conferência pronunciada em maio de 1995 em Washington.
- (1995b) “Ideologias no Pós-Guerra Fria”. *Cadernos do PSDB*, abril de 1996. Aula na Universidade de Coimbra, 19 de julho de 1995.
- (1995c) “Identidade Nacional”. *Cadernos do PSDB*, abril de 1996. Conferência pronunciada na Universidade de Berlim, 20 de setembro de 1995.
- (1996a) “Globalização”. Conferência pronunciada em Nova Déli, Índia, janeiro 1996. Publicada em *O Estado de S.Paulo*, 28 de janeiro, 1996.
- (1996b) “Impacto da Globalização em Países em Desenvolvimento”. *Cadernos do PSDB*, abril de 1996. Conferência pronunciada no Colégio do México, Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996.

- Cardoso, Fernando H. e Enzo Faletto (1970) *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Castro, Antonio Barros de (1969) *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense.
- Castro, Antonio Barros de e Francisco Eduardo Pires de Souza (1985), *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Corbisier, Roland (1958) *Formação e Problema da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB.
- Coutinho, Carlos Nelson (1980) *A Democracia como Valor Universal*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas - Hucitec.
- Coutinho, Luciano e Henri Philippe Reichstul (1977) "O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo" em Carlos Estevam Martins (organizador) *Estado e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec - CEBRAP.
- Coutinho, Luciano e João Alberto Ferraz, orgs. (1994) *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas
- Couvre, Maria de Lourdes (1983) *A Fala dos Homens*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Cruz Costa, João (1956) *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Dean, Warren (1971) *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Diniz, Eli (1978) *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1991) "Empresariado e Projeto Neoliberal na América Latina". *Dados*, 34 (3) 1991.
- (1992) "Neoliberalismo e Corporativismo: As Duas Faces do Capitalismo Industrial no Brasil". In Eli Diniz, org. (1993).
- , org. (1993) *Empresários & Modernização Econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: Ed. Universidade Federal de Santa Catarina.
- (1995) "Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90". *Dados* 38(3), 1995.
- (1997) *Crise, Reforma do Estado e Governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Diniz, Eli e Renato R. Boschi (1978) *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- (1993a) "Brasil: Um Novo Empresariado? Balanço de Tendências Recentes". In Eli Diniz, org. (1993).

- (1993b) “Lideranças Empresariais e Problemas da Estratégia Liberal no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 23, ano 8, outubro 1993.
- Doelinger, Carlos Von (1981) *Estatização, Finanças Públicas e suas Implicações*. Rio de Janeiro: CEDES, mimeo.
- Evans, Peter (1979) *Dependent Development: The Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil*, Princeton: Princeton University Press.
- Fanelli, J. e R. Frenkel (1989) *Políticas de estabilización y governo en Argentina*. Buenos Aires: Editorial Thesis, 1990.
- Faoro, Raymondo (1957) *Os Donos do Poder*, Porto Alegre: Editora Globo (2a. edição, 1975).
- Faucher, Philippe (1981) *Le Brésil des Militaires*, Montréal: Les Presses de l’Université de Montréal.
- Fausto, Boris (1972) *A Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Fiori, José Luís (1984) *Conjuntura e Ciclo na Dinâmica de um Estado Periférico*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial da Universidade do Rio de Janeiro.
- (1993) “Ajuste, Transição e Governabilidade: O Enigma Brasileiro”. In Tavares e Fiori (1993).
- (1994) “Os Moedeiros Falsos”. *Folha de S. Paulo, Mais!*, 3 de julho, 1994.
- (1995) *Em Busca do Dissenso Perdido*. Rio de Janeiro: Insight Editorial.
- Fernandes, Florestan (1968) *Estrutura de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- (1974) *A Revolução Burguesa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- (1985) *Nova República?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- (1986) *Que Tipo de República*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Franco, Maria Sylvia Carvalho (1978) “O Tempo das Ilusões” em Marilena Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco, *Ideologia e Mobilização Popular*. São Paulo: CEDEC. Editora Paz e Terra.
- Franco, Gustavo H.B. (1995) *O Plano Real*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves.
- Frank, André Gunder (1966) “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento”. In Luiz Pereira, org. *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. (publicado originalmente em *Monthly Review*, vol. 18, no. 5, setembro de 1966).
- (1969) *Capitalism and Development in Latin America*, New York, Monthly Review Press.

- Furtado, Celso (1949) “Características Gerais da Economia Brasileira” em *Revista Brasileira*.
- (1954) *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro.
- (1958) *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB.
- (1959a) *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- (1959b) *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB.
- (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- (1962) *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- (1964) *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- (1966) *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- (1967) *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- (1972) *Análise do ‘Modelo’ Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- (1974) *O Mito do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1981) *O Brasil ‘Pós-Milagre’*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1992) *Brasil: a Construção Interrompida*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- (1997) “Mundo do Amanhã”. Entrevista à revista *Veja*, 8 de janeiro, 1997.
- Gomes, Ciro e Roberto Mangabeira Unger (1996) *O Próximo Passo*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora.
- Goldenstein, Lídia (1994) *Repensando a Dependência*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Gouvêa, Gilda Portugal (1994) *Burocracia e Elites Dominantes do País*. São Paulo: Editora Paulicéia.
- Guimarães, Alberto Passos (1963) *Inflação e Monopólio no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- (1964) *Quatro séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra (segunda edição, 1968).
- Ianni, Octávio (1968) *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2a. edição.
- (1970) *Imperialismo y Cultura de la Violencia en America Latina*, México: Siglo XXI.

- (1971) *Estado e Planejamento Econômico no Brasil [1930-1970]*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- (1975) *Formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- (1976) *A Classe Operária vai ao Campo*. São Paulo: Caderno CEBRAP no. 24.
- Jaguaribe, Hélio (1956) “Sentido e Perspectivas do Governo Kubitschek”. *Cadernos de Nosso Tempo*, janeiro-março 1956 (artigo não assinado).
- (1958a) *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB.
- (1958b) *Condições Institucionais do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB.
- (1962) *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- (1974) *Brasil: Crise e Alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- (1979) “Um Breve Depoimento e uma Apreciação Crítica”. *Cadernos de Opinião*, no. 14, outubro-novembro 1979.
- (1989) *Alternativas do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Jaguaribe, Hélio, Wanderley Guilherme dos Santos, Marcelo Paiva Abreu, Winston Fritsch e Fernando Bastos de Ávila (1986) *Brasil, 2000*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1989) *Brasil: Reforma ou Caos*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Kowarick, Lúcio (1973) *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975 (1973 é a dada da defesa da tese).
- (1979) *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Kowarick, Lúcio e Vinícius Caldeira Brant (coordenadores) (1976) *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza* (participação de Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzucchelli, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares e Paul Israel Singer). São Paulo: Edições Loyola-CEBRAP.
- Lafer, Celso (1975) *O Sistema Político Brasileiro*, São Paulo Editora Perspectiva.
- Lamounier, Bolivar (1979) “O Discurso e o Processo (da Distensão às Opções do Regime Brasileiro)”. Henrique Rattner (organizador), *Brasil 1990*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1980) “Notes on the Study of Redemocratization”, Washington, Working Paper no. 58. Latin America Program of the Woodrow Wilson International Center for Scholars, Smithsonian Institute.
- (1981) “O Porque da Abertura”. B. Lamounier e J. E. Faria, *O Futuro da Abertura: Um Debate*. São Paulo: Cortez Editora.

- (1989) *Partidos e Utopias*. São Paulo: Edições Loyola.
- (1991) “Brasil: Rumo ao Parlamentarismo?”. In Bolívar Lamounier, Juan Linz, Arend Lijphart e Arturo Valenzuela, orgs. (1991) *A Opção Parlamentarista*. São Paulo: IDESP/Editora Sumaré.
- (1992a) “Estrutura Institucional e Governabilidade na Década de 1990”. In João Paulo Reis Velloso, org. (1992).
- (1992b) *Depois da Transição*. São Paulo: Edições Loyola.
- (1996) “Crise ou Mudança? O Futuro da Política na era da Globalização”. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, *Paper* n. 24, 1996.
- Lamounier, Bolívar e Edmar L. Bacha (1994) “Democracy and Economic Reform in Brazil”. In Joan Nelson, org. (1994) *A Precarious Balance*. São Francisco: Institute for Contemporary Studies.
- Lapa, José Roberto do Amaral, org. (1980) *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Leite, Dante Moreira (1954) *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo: Editora Pioneira, quarta edição, 1983.
- Lessa, Carlos (1975) *15 anos de Política Econômica*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1979) “Nação-Potência como um Projeto do Estado para o Estado”. *Cadernos de Opinião*, no. 14, dezembro de 1979-agosto de 1980.
- Lima, Ewaldo Correa (1956) “Política do Desenvolvimento”. Alberto Guerreiro Ramos e outros, *Introdução aos Problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB.
- Lopes, Francisco L. (1984) “Só um Choque Heterodoxo pode Derrubar a Inflação”. *Economia em Perspectiva* (Conselho Regional de Economia de São Paulo), agosto 1984.
- (1984b) “Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação”. *Revista da ANPEC*, no.7, dezembro 1984. Republicado em Francisco L Lopes (1986).
- (1986) *Choque Heterodoxo: Combate à Inflação e Reforma Monetária*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- (1989) *O Desafio da Hiperinflação*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Lopes, Juarez Brandão (1967) *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo: DIFEL.
- (1976) *Do Latifúndio à Empresa*. São Paulo: Caderno CEBRAP no. 26.
- Loureiro, Maria Rita (1997) *Os Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- Mainwaring, Scott (1992) “Transitions to Democracy and Democratic Transition: Theoretical and Comparative Issues”. In S. Mainwaring, G. O'Donnell and J.S. Valenzuela, orgs. (1992).

- Mainwaring, Scott, Guillermo O'Donnell e J.S.Valenzuela, orgs. (1992) *Issues in Democratic Consolidation*. Notre Dame: Notre Dame University Press.
- Malan, Pedro e John Wells (1972) "Furtado Celso. Análise do Modelo Brasileiro". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. II, no. 2, dezembro de 1972.
- Mantega, Guido e Maria Moraes (1980) *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Mantega, Guido (1984) *A Economia Política Brasileira*. São Paulo e Petrópolis: Livraria e Editora Polis e Editora Vozes.
- Marini, Ruy Mauro (1969) *Subdesarrollo Revolución*, México: Siglo Veintiuno Editores.
- (1973) *Dialética de la Dependencia*, México: Ediciones Era.
- Martins, Carlos Estevam (1977) *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. São Paulo: Graal.
- Martins, Luciano (1968) *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Saga.
- (1976) *Pouvoir et Développement Économique*, Paris: Éditions Anthropos.
- (1981) "O Significado do 'Pacote' de Novembro". *Folha de S. Paulo*, 6 de dezembro de 1981.
- (1983) "Le Regime Autoritaire Brésilien et la Liberalization Politique". *Problemes d'Amérique Latine* no.65, terceiro trimestre 1983. Também publicado em O'Donnell, G., P. Schmitter e L. Whitehead, orgs. (1986).
- (1985) *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1993) "Projeto de desenvolvimento, sistema político e crise do estado-nação". São Paulo: UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, Mimeo, July 1993.
- (1995) *Reforma da Administração Pública e Cultura Política no Brasil: Uma Visão Geral*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, Cadernos ENAP no.8, 1995.
- Mello, João Manoel Cardoso de (1975) *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. Tese de doutorado defendida em 1975.
- (1977) "O Estado Brasileiro e os Limites da Estatização". *Ensaio de Opinião*, no. 2-3, 1977.
- Mello, João Manoel e Luiz G. Mello Belluzzo (1977) "Reflexões sobre a Crise Atual". *Escrita Ensaio*, ano I, no. 2, 1977.
- Miceli, Sérgio (1979) *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL.

- Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (1995) *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília: Presidência da República, Imprensa Nacional, novembro 1995.
- Ministério da Fazenda (1987) *Plano de Controle Macroeconômico*. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria Especial de Assuntos Econômicos, julho 1987.
- Moisés, José Álvaro (1995) *Os Brasileiros e a Democracia*. São Paulo: Editora Ática.
- Moore Jr., Barrington (1967) *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, Lisboa: Edições Cosmos, 1975, (Tradução do inglês).
- Motta, Fernando Prestes (1979) *Empresários e Hegemonia*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Moura da Silva, Adroaldo (1983) "Regras de Ajustes de Preços e Salários e a Inércia Inflacionária". *Estudos Econômicos*, 12(2) maio 1983.
- Nicol, Robert Cajado (1974) *Agricultura e Industrialização no Brasil [1950/1930]*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, mimeo.
- Nakano, Yoshiaki (1989) "Da Inércia Inflacionária à Hiperinflação". In Rego, J.M., org. (1989) *A Aceleração Recente da Inflação*. São Paulo: Editora Biental.
- Nakano, Yoshiaki (1994) "Globalização, Competitividade e Novas Regras do Comércio Mundial". *Revista de Economia Política*, 14(4), outubro 1994.
- Novaes, Fernando A. (1973) *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial [1777-1808]*. São Paulo: Hucitec, 1979 (1973 é a data da defesa da tese).
- Nunes, Edson de Oliveira (1984) *Bureaucratic Insulation and Clientelism in Contemporary Brazil: Uneven State Building and the Taming of Modernity*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política, Universidade de Berkeley.
- O'Donnell, Guillermo, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead, orgs. (1986) *Transitions from Authoritarian Rule: Latin America*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- O'Donnell, Guillermo e Philippe Schmitter (1986) *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- Oliveira, Francisco de (1972) "Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". *Estudos CEBRAP*, no. 2, outubro de 1972.
- (1977) *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- (1995) "Quem Tem Medo da Governabilidade". *Novos Estudos CEBRAP*, no.41, março 1995.
- Oliveira, Francisco de e Mazzuchelli Frederico (1977) "Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil". In Francisco de Oliveira (1977).

- Oliveira, Gesner de (1996) *Brasil Real*. São Paulo: Editora Mandarim.
- Ortiz, Renato (1985) *Cultura e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Pastore, José (1995) *Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva*. São Paulo: Editora LTr (2a. tiragem)
- Pazos, Felipe (1972) *Chronic Inflation in Latin America*. Nova York: Praeger Publishers.
- Pereira, Luiz (1965) *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL.
- Pinto, Álvaro Vieira (1957) *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB.
- 1960 - *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB.
- Pinto, Aníbal (1970) "Naturaleza e Implicaciones de la 'Heterogeneidad Estructural' de la America Latina". *El Trimestre Económico*, vol. XXXVII, no. 145, Jan-Março de 1970.
- Prado Jr., Caio (1933) *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2o. Edição, 1957. 1o. edição, Revista dos Tribunais.
- (1942) *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 5o. Edição, 1957.
- (1945) *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 4o. edição, 1956.
- (1960) *A Questão Agrária*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1979 (Este Livro reúne artigos publicados originalmente na Revista Brasiliense, entre 1960 e 1964).
- (1966) *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1967) "Adendo à Revolução Brasileira". *Revista Civilização Brasileira*, no. 14, julho 1967.
- Prado, Paulo (1928) *Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora (6a. edição, 1962).
- Ramos, Alberto Guerreiro (1954) *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*. Rio de Janeiro: Editorial Andes.
- (1958) *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB.
- (1960) *O Problema Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga.
- (1961) *A Crise do Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- (1963) *Mito e Verdade sobre a Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Rangel, Ignácio (1957a) *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB.

- (1957b) *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, Salvador: Livraria Progresso Editora.
- (1960) *Recursos Ociosos na Economia Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB.
- (1962) *A Inflação Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- (1978) “Posfácio” em *A Inflação Brasileira* (3a. edição). São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1981) “A História da Dualidade Brasileira”. *Revista de Economia Política*, vol. 1, no. 4, outubro-dezembro 1981.
- Reis, Fábio Wanderley e Guillermo O’Donnell, orgs., (1988) *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Reis, Fábio Wanderley (1988) “Consolidação Democrática e Construção 1980 - “Introdução ao Redimensionamento do Debate”, em J. R. do Amaral Lapa - organizador (1980).
- (1994) “‘Governabilidade’ e Instituições Políticas”. *In Velloso*, org. (1994).
- (1995) “Governabilidade, Instituições e Partidos”. *Novos Estudos CEBRAP*, no.41, março 1995.
- Reis Filho et al. Daniel Aarão (1986) *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Resende, André Lara (1984) “A Moeda Indexada: uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial”. *Gazeta Mercantil*, 26, 27, 28 de setembro, 1984.
- Ribeiro, Darcy (1970) *As Américas e a Civilização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- (1971) *El Dilema de America Latina*, México: Siglo Veintiuno Editores.
- (1972) *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1978) “Sobre o ‘Óbvio’”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, no. 1, julho 1978.
- (1995) *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, Leôncio Martins (1973) “Um Novo Modelo Latino-Americano?”, São Paulo, mimeo.
- Rodrigues, Leôncio Martins (1990) *CUT: Os Militantes e a Ideologia*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Rodrigues, Leôncio Martins (1991) “As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais”. *In Armando Boito Jr.*, org. (1991).
- Rodrigues, Leôncio Martins e Adalberto Moreira Cardoso (1993) *Força Sindical*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

- Sachs, Jeffrey D. e Álvaro Zini (1995) “A Inflação Brasileira e o Plano Real”. *Revista de Economia Política*, 15(12) abril 1995.
- Sader, Emir (1995a) “A Hegemonia Neoliberal na América Latina”. In Emir Sader, org. (1995).
- Sader, Emir (1995b) *O Anjo Torto: Esquerda (e Direita) no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Sader, Emir, org. (1995) *Pós-Neoliberalismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Saes, Décio (1976) *Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, Unicamp n. 6
- Salum Jr., Brasília e Eduardo Kugelmas (1993) “O Leviatã Acorrentado: A Crise Brasileira nos Anos 80”. In Lourdes Sola, org. (1993).
- Salum Jr., Brasília (1996) *Labirintos: dos Gerais à Nova República*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, Theotônio dos (1967) *El Nuevo Caracter de la Dependencia*, Santiago, Centro de Estudios Sócio-Económicos da Universidade do Chile (CESO).
- 1970 - *Dependencia y Cambio Social*, Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos da Universidade do Chile (CESO).
- 1973 - *Socialismo e Facismo - el Nuevo Caracter de Dependencia y el Dilema Latinoamericano*, Buenos Aires: Ediciones Periferia.
- Santos, Wanderley Guilherme (1963) *Reforma, Contra-Reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- (1978a) *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades.
- (1978b) *Poder e Política: Crônica do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- (1985) “A Pós-revolução Brasileira”. In Hélio Jaguaribe et al., *Brasil, Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- (1987a) “A Trágica Condição da Política Social”. In Sérgio H. Abranches, Wanderley G. dos Santos e Marcos Antônio Coimbra (1987).
- (1987b) *Crise e Castigo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ.
- (1988) *Paradoxos do Liberalismo*. São Paulo: Edições Vértice.
- (1993) *As Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Schneider, Ben Ross (1991) *Bureaucracy and Industrial Policy in Brazil*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press.
- Schwartzman, Simon (1975) *São Paulo e o Estudo Nacional*. São Paulo: DIFEL.

- Selcher, Wayne A. (1986) "Introduction" to Wayne A. Selcher, org. (1986) *Political Liberalization in Brazil*. Boulder, Co.: Westview Press.
- Serra, José (1979) "As Desventuras do Economicismo: Três Teses Equivocadas sobre Autoritarismo e Desenvolvimento". *Dados*, no. 20, 1979.
- Serra, José e Fernando H. Cardoso (1979) "As Desventuras da Dialética da Dependência". *Estudos CEBRAP*, no. 23.
- Silva, Golbery do Couto e (1952) "Aspectos Geopolíticos do Brasil". In Golbery do Couto e Silva (1967). Publicado originalmente em 1952.
- (1967) *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Silva, Sérgio (1973) *Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. Tese de Doutorado defendida em 1973.
- Simonsen, Mário Henrique (1970) *Inflação: Gradualismo x Tratamento de Choque*. Rio de Janeiro: ANPEC.
- Singer, Paul (1965) "Ciclos de Conjuntura em Economias Subdesenvolvidas". *Revista Civilização Brasileira*, no. 2, maio 1965.
- (1968) *Desenvolvimento e Crise*. São Paulo: DIFEL.
- (1972) *O Milagre Brasileiro: Causas e Consequências*. São Paulo: Caderno CEBRAP, no. 6.
- (1973) "As Contradições do Milagre". *Estudos CEBRAP*, no. 6, outubro-dezembro, 1973.
- (1976) *A Crise do 'Milagre'*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Soares, Gláucio Ary Dillon (1978) "Depois do Milagre". *Dados*, no. 19, 1978.
- Sodré, Nelson Werneck (1957a) *As Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB.
- (1957b) *O Tratado de Methuen*. Rio de Janeiro: ISEB.
- (1959) *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB.
- (1961) *A Ideologia do Colonialismo*. Rio de Janeiro: ISEB.
- Sola, Lourdes (1993) "Estado, Reformas Estruturais e Democratização no Brasil". *Revista USP*, no.17, maio 1993.
- (1995) "Estado, Regime Fiscal e Ordem Monetária: Qual Estado?". In Lourdes Sola e Leda Paulani, orgs. (1995).
- Sola, Lourdes, org. (1993) *Estado, Mercado, Democracia - Política e Economia Comparadas*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Sola, Lourdes e Leda Paulani, orgs. (1995) *Lições da Década de 80*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Souza Martins, José de (1973) *Conde Matarazzo - O Empresário e a Empresa*. São Paulo: Hucitec.
- (1975) *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- (1986) *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec.
- (1993) *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec.
- Stavenhagen, Rodolfo (1965) “Siete Teses Equivocadas sobre la America Latina”. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Ano I, no. 1, maio 1965. Republicado em José Carlos Garcia Durand, *Sociologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- Stepan, Alfred (1971) *The Military in Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- (1986) *Os Militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1988) *Rethinking Military Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Suplicy, Eduardo M. (1977) *Política Econômica Brasileira e Internacional*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Tavares, Maria da Conceição (1972) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- (1974) *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, Campinas: UNICAMP, mimeo.
- (1978) *Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro: FEA da Universidade Federal do Rio de Janeiro: mimeo.
- (1993) “Ajuste, Transição e Governabilidade: O Enigma Brasileiro”. In Tavares e Fiori (1993).
- (1994) “Artigos de Maria da Conceição Tavares”, *Revista de Economia Política*, 14(2), abril 1994
- Tavares, Maria Conceição e José Serra (1971) “Mas Allá del Estacionamiento: una Discusión sobre el Estilo de Desarrollo Reciente”. *El Trimestre Económico*, vol. XXXIII, no. 152, outubro-dezembro 1971. Publicado em português em Maria Conceição Tavares (1972).
- Tavares, Maria da Conceição e José Luís Fiori (1993) *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Toledo, Caio Navarro de (1977) *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Editora Ática.
- Unger, Roberto Mangabeira (1990) *A Alternativa Transformadora*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.
- Velho, Octávio Guilherme (1976) *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: DIFEL.

- Velloso, João Paulo Reis (1990) “Um País sem Projeto: a Crise Brasileira e a Modernização da Sociedade - Primeiras Idéias”. In João Paulo Reis Velloso, org. (1990).
- Velloso, João Paulo Reis, org. (1990) *A Crise Brasileira e a Modernização da Sociedade*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- , org. (1992) *O Brasil e as Reformas Políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- , org. (1993) *Brasil: A Superação da Crise*. São Paulo, V Fórum Nacional, maio 1993. São Paulo: Editora Nobel e Fórum Nacional.
- , org. (1994) *Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana*. Rio de Janeiro, VI Fórum Nacional, abril 1994. Rio de Janeiro: José Olympio Editora e Fórum Nacional.
- Vianna, Oliveira (1922) *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora (4a. edição, 1956).
- Weffort, Francisco (1965) “Política de Massas”. Octávio Ianni. *Política e Revolução Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- (1966) “Estado e Massas no Brasil”. *Revista Civilização Brasileira*, Ano I, no. 7, maio de 1966.
- (1968) “Populismo e Política no Brasil”. Celso Furtado (organizador), *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- (1978) *Populismo na Política*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- (1984) *Por que Democracia?*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (1989) “A Construção da Democracia e a Crise da Comunidade Nacional”. In Unesp - Universidade Estadual de São Paulo, *O Desenvolvimento Ameaçado: Perspectivas e Soluções*. São Paulo: Editora Unesp, 1989.
- (1992) *Qual Democracia?* São Paulo: Companhia das Letras.
- Werneck, Rogério F. (1983) “A Armadilha Financeira do Setor Público e as Empresas Estatais”. Adroaldo Moura da Silva et al. (1983) *FMI x Brasil: A Armadilha da Recessão*. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil.
- (1985) “Uma Análise do Financiamento e dos Investimentos das Empresas Estatais Federais no Brasil, 1980-83”. *Revista Brasileira de Economia* 39(1), janeiro 1985.
- (1987) *Empresas Estatais e Política Macroeconômica*. Rio de Janeiro: Editora Campus.